

Secretaria Municipal de Saúde de Patrocínio



1º RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

2025



Patrocínio – Minas Gerais



1º RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR

1º RDQA 2025

Este relatório tem como objetivo apresentar as informações referentes ao 1º quadrimestre do ano de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde de Patrocínio, Estado de Minas Gerais, como complemento dos dados do período. Será apresentado pelo Gestor ao Conselho Municipal de Saúde, acompanhado do relatório oficial gerado no DigiSUS, atendendo ao que é disposto pelo artigo 36 e 39 da Lei Complementar nº 141 de 2012.

Patrocínio, 2025



Prefeito Municipal de Patrocínio
Gustavo Tambelini Brasileiro

Secretária Municipal de Saúde
Luciana Rocha Nunes Nogueira

Conselho Municipal de Saúde 2023-2024 (Mesa Diretora)

Presidente – João de Melo
Vice - Presidente – Camilo dos Santos Guimarães
Primeira Secretária – Márcia Abadia Barbosa Silva

ELABORAÇÃO E REVISÃO:

Setor Financeiro e Prestação de Contas
Camilo dos Santos Guimarães

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

Coordenação da Atenção à Saúde
Responsável: Júnia Patrícia Ferreira Silva
E-mail: atencao.saude@patrocinio.mg.gov.br

Coordenação da Atenção Primária
Responsável: Aida Marina Rodrigues Borges
E-mail: atencaobasica@patrocinio.mg.gov.br

Coordenação da Vigilância em Saúde
Responsável: Paulo Roberto da Silva
E-mail: patrovisa@patrocinio.mg.gov.br

Coordenação da Vigilância Epidemiológica
Responsável: Gilberto Martins Junior
E-mail: epidemiologia@patrocinio.mg.gov.br

Coordenação da Assistência Farmacêutica
Responsável: Ana Paula Alves de Melo
E-mail: farmacia@patrocinio.mg.gov.br

Coordenação da Rede de Atenção Psicossocial
Responsável: Franciely Nunes Rosa Marques
E-mail: rams@patrocinio.mg.gov.br



Coordenação da Saúde Bucal

Responsável: Rone Márcio Martins dos Santos

E-mail: odontologia@patrocinio.mg.gov.br

Coordenador de Fisioterapia

Responsável: Isa Maria Pereira Borges

E-mail: fisioterapia@patrocinio.mg.gov.br

Enfermeira Coordenadora do SAD

Responsável: Elenize de Lourdes Oliveira

E-mail: sad@patrocinio.mg.gov.br

Coordenadora do Setor Financeiro

Responsável: Andréa Silva Raad Guarda

E-mail: cpg.saude@patrocinio.mg.gov.br

Coordenação Prestação de Contas e Orçamento

Responsável: Camilo dos Santos Guimarães

E-mail: saudepc@patrocinio.mg.gov.br

Coordenadora da Regulação

Responsável: Cristina dos Reis Oliveira

E-mail: regulacao@patrocinio.mg.gov.br

Núcleo de Sistemas de Informação do SUS

Responsável: Célio Ferreira Magalhães Júnior

E-mail: regulacao@patrocinio.mg.gov.br

Gestão de Pessoas

Responsável: Maria de Lourdes Cortes da Silva Siqueira

E-mail: rh@patrocinio.mg.gov.br

Coordenadora do setor de TFD

Responsável: Maria Jose da Silva

E-mail: tfd@patrocinio.mg.gov.br

Diretor da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h

Responsável: Jeisse Kelly de Paula Brito

E-mail: administracaoprontosocorro@patrocinio.mg.gov.br

Coordenador do Almoxarifado da Saúde

Responsável: Vinícius Ferreira Dias

E-mail: almoxsaude@patrocinio.mg.gov.br





ENTIDADE EXECUTORA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 18.468.033/0001-26
Rua Marechal Floriano, 72, Cidade Jardim
Telefone: (34) 3839-1818
E-mail: saude@patrocinio.mg.gov.br
PATROCÍNIO - MG**

GESTÃO 2025-2028



MISSÃO

“Nossa missão é garantir o acesso à saúde da população de Patrocínio, pautada pelos princípios da humanização, acessibilidade, resolutividade, acolhimento e cidadania.



1º Relatório detalhado do quadrimestre anterior de 2025 aprovado em reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde no dia 18 de agosto de 2025 através da Resolução Nº 145/2025.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACE.....	Agentes de Combate a Endemias
APS.....	Atenção Primária à Saúde
CAPS AD.....	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas
CAPS.....	Centro de Atenção Psicossocial
CEO.....	Centro Especializado em Odontologia
CER.....	Centro Especializado em Reabilitação
DGIP.....	Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa
EAP.....	Equipes de Atenção Primária
EMAD.....	Equipe Multidisciplinar de Atenção Domiciliar
EMAP.....	Equipe Multidisciplinar de Apoio
ESFS.....	Estratégias em Saúde da Família
ESP.....	Estratégia Saúde da Família
ESPIN.....	Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
LDO.....	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA.....	Lei Orçamentária Anual
MS.....	Ministério da Saúde
NASF.....	Núcleo ampliado Saúde da Família
OMS.....	Organização Mundial de Saúde
OMS.....	Organização Mundial da Saúde
PAS.....	Programação Anual de Saúde
PMAQ-AB...	Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica
PMS.....	Plano Municipal de Saúde
PPA.....	Plano Plurianual
PSE.....	Programa Saúde na Escola
RAG.....	Relatório Anual de Saúde
RDQA.....	Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior
REMUME.....	Relação Municipal de Medicamentos
SAD.....	Serviço de Atenção Domiciliar
SES/MG.....	Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais
SISCAN.....	Sistema de Informação do Câncer
SRAG.....	Síndrome Respiratória Aguda Grave
UBS.....	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
1. Identificação.....	11
1.1. Informações Territoriais	11
1.2. Secretaria de Saúde	11
1.3. Informações da Gestão.....	11
1.4. Fundo de Saúde	11
1.5. Plano de Saúde	12
1.6. Informações sobre Regionalização	12
1.7. Conselho de Saúde	12
1.8. Considerações	13
2. Introdução.....	14
3. Dados Demográficos e de Morbimortalidade.....	16
3.1. População estimada por sexo e faixa etária	16
3.2. Nascidos Vivos	17
3.3. Principais causas de internação.....	17
3.4. Mortalidade por grupos de causas	18
3.5. Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade	20
4. Dados da Produção de Serviços no SUS.....	21
4.1. Produção de Atenção Básica	21
4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos.....	22
4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização	22
4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos	23
4.5. Produção de Assistência Farmacêutica	24
4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos.....	24
4.7. Produção no Setor de TFD - Tratamento Fora Domicílio.....	25
4.7.1. TFD - Produção dos Atendimentos por Cidade	26
4.7.2. TFD - Produção dos Atendimentos por Especialidade.....	27
4.8. Produção de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica Municipal	31
4.9. Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS	32
5. Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS.....	35
5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão.....	35
5.2. Por natureza jurídica	36



5.3. Consórcios em saúde	36
6. Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS	37
6.1. Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS	39
7. Programação Anual de Saúde - PAS.....	40
7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores	40
7.2. Análises e Considerações	47
8. Indicadores de Pactuação Interfederativa	48
8.1. Análises e Considerações sobre Indicadores de Pactuação Interfederativa	48
9. Execução Orçamentária e Financeira	49
9.1. Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica	49
9.2. Indicadores financeiros	50
9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)	52
9.4. Análises e Considerações	59
10. Auditorias	61
10.1. Outras Auditorias.....	61
10.2. Análises e Considerações sobre Auditorias	61
11. Análises e Considerações Gerais.....	62
REFERÊNCIAS.....	64

APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Patrocínio tem o prazer de apresentar o Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA, referente às ações e serviços públicos de Saúde - ASPS no município. Este relatório é referente ao período de janeiro a abril de 2025, e está em conformidade com a Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde, que estabelece as diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

De acordo com o artigo 36 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o gestor do SUS em cada ente da federação deve elaborar um relatório referente ao quadrimestre anterior, o qual é apresentado neste documento. O relatório contém informações sobre a oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, bem como o montante e fonte de recursos aplicados no período. A estrutura do relatório é semelhante ao Relatório Anual de Gestão, e ambos apresentam os resultados segundo os eixos e temas do PMS 2022-2025.

O formato adotado respeita o modelo padronizado e aprovado pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS nº 459, de 10/10/2012, conforme o artigo 1º.

Art.1º Aprovar o Modelo Padronizado de Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas para os Estados e Municípios, conforme dispõe o parágrafo 4º do artigo 36 da Lei Complementar nº 141/2012.

Além disso, o relatório observa as diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do SUS, estabelecidas pela Portaria 2.135, de 25 de setembro de 2013, no parágrafo único do artigo 7º.

Parágrafo único. O relatório previsto no "caput" observará o modelo padronizado previsto na Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 459, de 2012 e conterá as seguintes informações:

- I - montante e fonte dos recursos aplicados no período;
- II - auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;
- III - oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

O relatório tem como papel principal apresentar, de forma ordenada, sistematizada e padronizada, se as propostas previamente programadas no Plano Anual de Saúde - PAS estão sendo desenvolvidas conforme as disposições previstas no planejamento. Dessa forma, o relatório é fundamental para a transparência e a prestação de contas à população sobre as atividades e resultados da Secretaria Municipal de Saúde de Patrocínio.

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Informações Territoriais

UF	MG
Município	PATROCÍNIO
Região de Saúde	Patrocínio / Monte Carmelo
Área	2.866,56 Km²
População	93.852 Hab
Densidade Populacional	33 Hab/Km²

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 17/08/2025

1.2. Secretaria de Saúde

Nome do Órgão	Secretaria Municipal de Saúde de Patrocínio
Número CNES	5526507
CNPJ	n/d
CNPJ da Mantenedora	18.468.033/0001-26
Endereço	Rua Marechal Floriano, 72
E-mail	sec.saude@patrocinio.mg.gov.br
Telefone	(34) 3839-1818

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 17/08/2025

1.3. Informações da Gestão

Prefeito	Gustavo Tambelini Brasileiro
Secretário de Saúde em Exercício	Luciana Rocha Nunes Nogueira
E-mail secretário	saudepc@patrocinio.mg.gov.br
Telefone secretário	(34) 9 9172-0373

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 17/08/2025

Período de referência: 01/01/2025 - 30/04/2025

1.4. Fundo de Saúde

Lei de criação	LEI 2.581/93
Data de criação	24 de agosto de 1993
CNPJ	11.350.366/0001-07
Natureza Jurídica	Fundo Público da Administração Direta Municipal
Nome do Gestor do Fundo	Luciana Rocha Nunes Nogueira

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 17/08/2025

1.5. Plano de Saúde

Período do Plano de Saúde	2022-2025
Status do Plano	Aprovado

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Data da consulta: 22/07/2025

1.6. Informações sobre Regionalização

Município	Área (Km²)	População (Hab)	Densidade
ABADIA DOS DOURADOS	894.515	6.365	7,12
COROMANDEL	3.296.267	20.013	9,11
DOURADOQUARA	313.37	1.869	5,96
ESTRELA DO SUL	820.334	6.926	8,44
GRUPIARA	192.557	1.426	7,41
IRAÍ DE MINAS	357.575	7.423	20,76
MONTE CARMELO	1.353.677	49.354	36,46
PATROCÍNIO	2.866.559	93.852	32,74
ROMARIA	401.965	3.440	8,56

Fonte: Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Ano de referência: 2024

1.7. Conselho de Saúde

Instrumento Legal de Criação	LEI 2.580/93		
Endereço	Praça Olimpio Garcia Brandão, cep 38740-072		
E-mail	joaomelior@gmail.com		
Telefone	(34) 9 9904-1850		
Nome do Presidente	João de Melo		
Número de conselheiros por segmento	Usuários	18	
	Governo	6	
	Trabalhadores	3	
	Prestadores	6	

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Ano de referência: 2025

Período de referência: 2º Bimestre

1.8. Considerações

Patrocínio é um município mineiro localizado na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em Minas Gerais, distante cerca de 426 km da capital, Belo Horizonte. Segundo dados do IBGE e do Departamento de Informática do SUS (DATASUS) no ano de 2024, a população do município é de 93.852 habitantes.

Os municípios limítrofes de Patrocínio são Coromandel, Guimarânia, Cruzeiro da Fortaleza, Serra do Salitre, Perdizes, Iraí de Minas e Monte Carmelo. Patrocínio possui quatro distritos: Salitre de Minas, São João da Serra Negra, Silvano e São Benedito. Além disso, possui aproximadamente 40 comunidades, destacando-se Tejuco, Chapadão de Ferro, Martins, Dourados, Boa Vista, Santo Antônio do Quebranzol, Pedros, Macaúbas de Baixo e Macaúbas de Cima.

Sua localização geográfica é de latitude 18°56'38 S e longitude 46°59'34 W. O município tem uma extensão territorial de 2.866,559 km² e sua altitude varia entre 750 metros, na Foz do Córrego dos Cocais, e 1.258 metros, no Morro das Pedras, com uma média de 972 metros acima do nível do mar. Seus municípios vizinhos são Monte Carmelo, Coromandel, Perdizes, Serra do Salitre, Guimarânia, Cruzeiro da Fortaleza e Iraí de Minas.

Patrocínio é a sede da Microrregião de Saúde Patrocínio/Monte Carmelo e abriga o único hospital da microrregião que oferece atendimento de média e alta complexidade, UTI adulto e neonatal, exames de ressonância e tomografia, serviço de hemodiálise e oncologia, serviço de oftalmologia com referência no tratamento de glaucoma, CER II - Centro Especializado em Reabilitação com Oficina Ortopédica, CAPS AD III e CAPS II, CEO - Centro Especializado em Odontologia, serviço de litotripsia e um Centro Estadual de Atenção Especializada, o CEAE, com carteira de serviço ampliada para atendimento em angiologia, nefrologia e oftalmologia.

A agricultura e a pecuária, representadas principalmente pela cafeicultura e gado leiteiro, são a base da economia em Patrocínio, responsáveis pela maior parte da arrecadação de ICMS do município.

2. INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Patrocínio apresenta neste documento as ações realizadas no primeiro quadrimestre de 2025, em conformidade com a Lei Complementar nº 141/2012, de janeiro de 2012, que regulamentou a Emenda Constitucional nº 29, especificamente em seu artigo 36 da seção III da prestação de contas, do capítulo IV, que trata da transparência, visibilidade, fiscalização, avaliação e controle.

Com a implementação do Sistema DigiSUS Gestor Módulo Planejamento (DGMP), a prestação de contas referente aos RDQA passou a ser realizada por meio dessa plataforma. Este documento é uma forma de atender as informações do período, em conformidade com as disposições constitucionais e legislações correlatas, além de terem sido observadas instruções contidas em literaturas afins.

O objetivo deste relatório é contribuir para a transparência e visibilidade da gestão do SUS e atender às determinações dos dispositivos legais, garantindo a participação do controle social na efetivação do planejamento local do SUS, de forma a construir um conhecimento compartilhado sobre saúde.

Considerando a obrigatoriedade de preenchimento do DigiSUS - Módulo Gestor, conforme a Portaria GM/MS nº 750, de 29 de abril de 2019, a partir de 2019, o DGMP substituiu os sistemas SARGSUS e SISPACTO, para fins de inserção de informações de documentos referentes ao ano de 2018 em diante. A estrutura do RDQA (Resolução CNS nº 459, de 10 de outubro de 2012) foi compatibilizada com o DigiSUS - Módulo Gestor, a qual apresenta informações semelhantes à estrutura do Relatório Anual de Gestão (RAG).

É importante ressaltar que tanto os resultados de produção dos serviços quanto os dos indicadores passíveis de apuração quadrimestral são preliminares, devido à forma de contabilização dos dados de produção, que são regidos pelo Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e pelo Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), pois podem sofrer alterações.

Este relatório está dividido em onze capítulos. O primeiro capítulo apresenta a Ficha de Identificação, e o segundo capítulo aborda a Introdução.

No terceiro capítulo, são apresentados dados demográficos e de morbimortalidade, indicando a concentração da população de Patrocínio por faixas etárias,

além de realizar uma breve análise da situação de saúde, com a demonstração das principais causas de internação e grupos de causas de mortalidade.

O quarto capítulo apresenta dados da oferta e produção de serviços de saúde, retratando as atividades e resultados alcançados em 2025.

No quinto capítulo, são listadas as unidades físicas que compõem o número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS, incluindo unidades próprias da rede municipal e conveniadas da rede estadual, federal, entidades filantrópicas e privadas.

Já no sexto capítulo, são apresentadas informações relacionadas aos profissionais de saúde que trabalham no SUS.

O sétimo capítulo mostra os resultados de indicadores do Plano Municipal de Saúde, de forma a acompanhar a execução das metas, segundo a Programação Anual de Saúde referente ao ano de 2025.

No oitavo capítulo, é importante destacar que o processo de Pactuação Interfederativa de Indicadores foi descontinuado com a revogação da Resolução nº 8/2016 a partir da publicação da Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021.

O nono capítulo apresenta formulários com as informações de Execução Orçamentária e Financeira exportadas do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS).

No décimo capítulo, são apresentadas auditorias realizadas ou que estão em fase de execução, relativas ao período de 2025.

E por fim o décimo primeiro, onde são expostas análises e considerações gerais.

Ressalta-se que as informações contidas neste documento são parciais e sujeitas a atualização, tendo em vista que nem todos os dados de produção e indicadores estão disponíveis no fechamento deste Relatório. Posteriormente, esses dados serão atualizados assim que estiverem disponíveis.



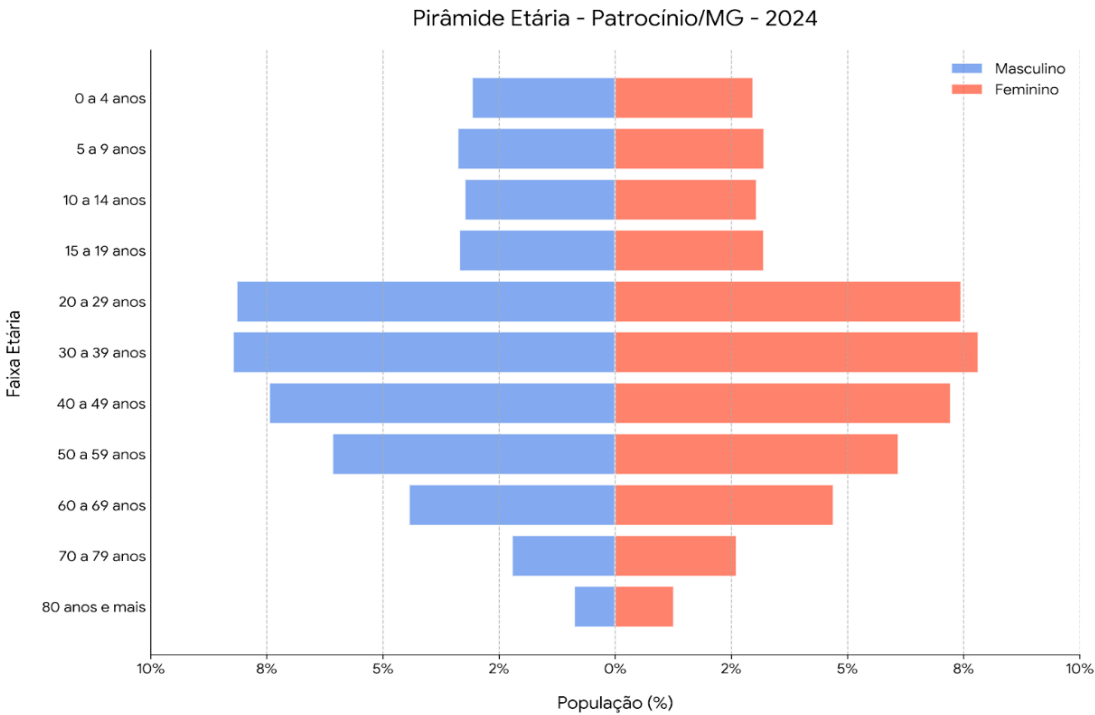
3. DADOS DEMOGRÁFICOS E DE MORBIMORTALIDADE

3.1. População estimada por sexo e faixa etária

Período: 2024

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4 anos	2.892	2.787	5.679
5 a 9 anos	3.174	3.007	6.181
10 a 14 anos	3.035	2.854	5.889
15 a 19 anos	3.146	2.995	6.141
20 a 29 anos	7.642	6.990	14.632
30 a 39 anos	7.719	7.329	15.048
40 a 49 anos	6.983	6.776	13.759
50 a 59 anos	5.705	5.719	11.424
60 a 69 anos	4.160	4.406	8.566
70 a 79 anos	2.083	2.445	4.528
80 anos e mais	825	1.180	2.005
Total	47.364	46.488	93.852

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGIAE (DataSUS/Tabnet)
Data da consulta: 17/08/2025.



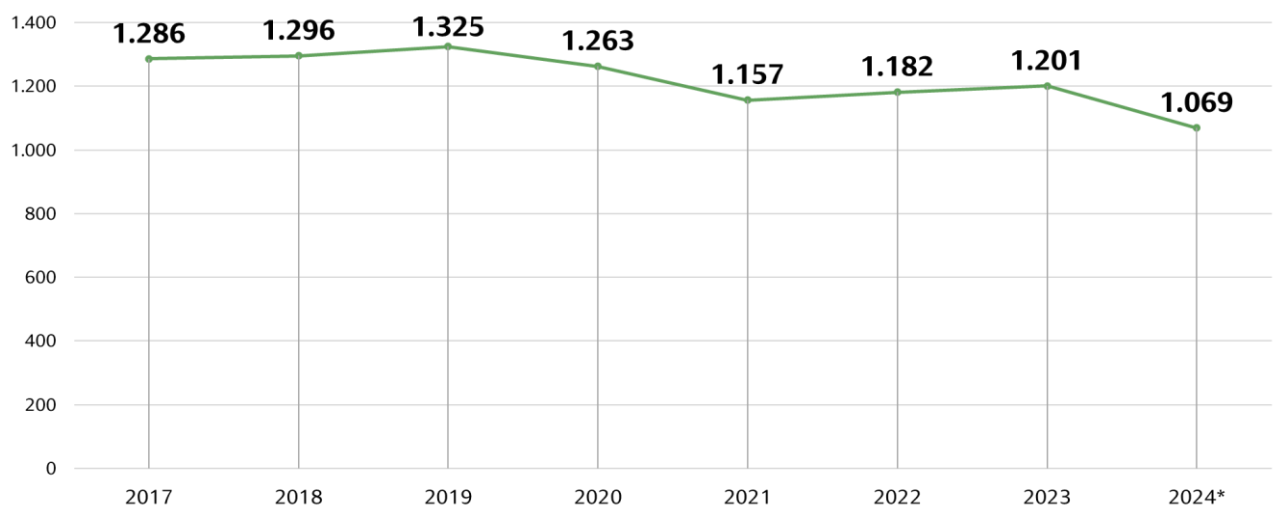


3.2. Nascidos Vivos

Número de nascidos vivos por residência da mãe.

Unidade Federação	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024*
Patrocínio	1.286	1.296	1.325	1.263	1.157	1.182	1.201	1.069

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)
Anos apresentados com * são preliminares.
Data da consulta: 17/08/2025.



3.3. Principais causas de internação

Morbidade Hospitalar de residentes, segundo capítulo da CID-10.

Capítulo CID-10	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	218	399	705	227	272	260	174
II. Neoplasias (tumores)	276	201	255	459	518	619	236
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	84	74	50	59	94	86	45
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	97	86	52	41	56	55	46
V. Transtornos mentais e comportamentais	174	144	111	154	205	126	62
VI. Doenças do sistema nervoso	48	54	85	98	131	150	74
VII. Doenças do olho e anexos	25	19	2	29	36	115	14
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	1	1	5	2	5	8	4

IX. Doenças do aparelho circulatório	431	436	392	497	596	685	364
X. Doenças do aparelho respiratório	555	440	374	552	626	582	304
XI. Doenças do aparelho digestivo	726	745	631	655	753	684	347
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	46	23	36	48	48	46	17
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	146	113	106	174	198	247	119
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	467	435	355	441	532	494	222
XV. Gravidez parto e puerpério	1265	1245	1156	1305	1225	1085	574
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	178	167	141	106	109	99	48
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	38	39	41	31	49	56	21
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	84	89	68	54	65	110	36
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	561	574	570	560	621	663	315
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	-	-	-	-	-	-	-
XXI. Contatos com serviços de saúde	218	218	139	142	157	196	87
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-	-	-	-	-	-	-
Total	5638	5502	5274	5634	6296	6366	3.109

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 17/08/2025.

Obs.: A atualização dos valores relativos ao último período ocorre simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS.

3.4. Mortalidade por grupos de causas

Mortalidade de residentes, segundo capítulo CID-10

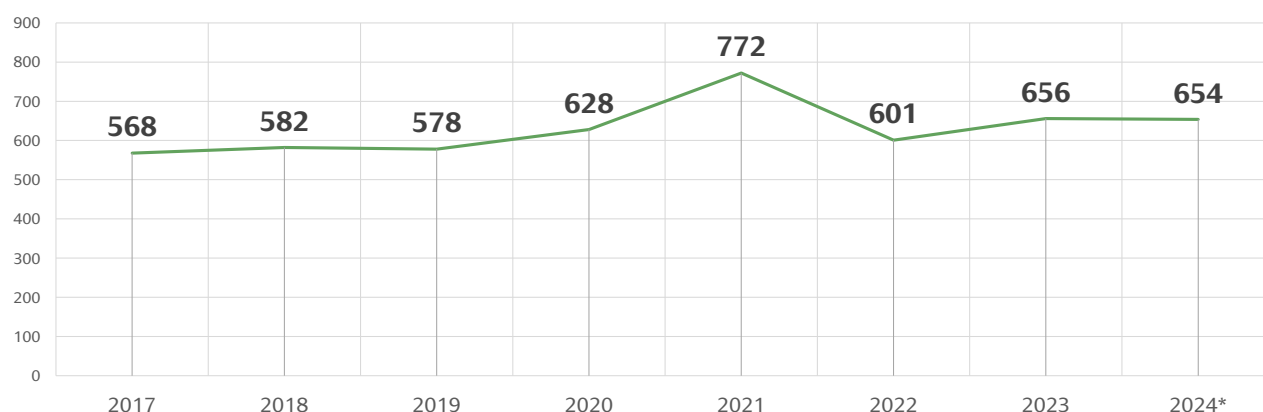
Capítulo CID-10	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	30	24	74	222	48	42	51
II. Neoplasias (tumores)	106	90	115	108	111	127	97
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	1	1	3	3	3	4	4
IV. Doenças endócrinas nutricionais	26	28	24	29	20	29	32

e metabólicas							
V. Transtornos mentais e comportamentais	8	6	4	4	11	3	12
VI. Doenças do sistema nervoso	27	34	27	23	34	24	41
VII. Doenças do olho e anexos	0	0	0	0	0	0	0
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0	0	0	0	1	1	0
IX. Doenças do aparelho circulatório	123	137	130	145	172	146	137
X. Doenças do aparelho respiratório	71	80	81	54	55	82	97
XI. Doenças do aparelho digestivo	24	31	26	33	24	34	44
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	3	2	0	1	0	7	1
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	2	2	1	4	1	3	4
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	22	21	14	19	23	24	22
XV. Gravidez parto e puerpério	2	1	2	0	0	1	0
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	14	12	8	16	1	7	4
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	5	2	4	2	3	2	1
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	54	47	48	46	42	52	57
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	0	0	0	0	0	0	0
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	64	60	67	63	52	68	50
XXI. Contatos com serviços de saúde	0	0	0	0	0	0	0
XXII. Códigos para propósitos especiais	0	0	0	0	0	0	0
Total	582	578	628	772	601	656	654

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET)

Anos apresentados com * são preliminares.

Data da consulta: 17/08/2025.



3.5. Análises e Considerações sobre Dados Demográficos e de Morbimortalidade

De acordo com as estimativas preliminares do Ministério da Saúde, por meio da SVS/DASNT/CGIAE, a população do município de Patrocínio é de 93.852 habitantes. A distribuição demográfica é de 47.364 pessoas do sexo feminino e 46.488 do sexo masculino.

Ainda não foram disponibilizados pelo Ministério da Saúde os dados referentes aos nascidos vivos do ano de 2025. Da mesma forma, a base de dados de registros de óbitos está disponível apenas até o ano de 2024.

No que diz respeito ao item 3.3, Principais Causas de Internação, a análise dos dados aponta que a principal causa de internação hospitalar continua sendo Gravidez, Parto e Puerpério, seguida por Doenças do aparelho circulatório.

Por fim, quanto aos registros de óbitos, a consulta à base de dados do Ministério da Saúde ainda não está disponível.

4. DADOS DA PRODUÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS

Neste capítulo, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNS 459/2012, serão apresentados os dados referentes à produção e oferta de serviços de saúde nas redes pública e conveniada do município de Patrocínio. Esses dados abrangem diversos aspectos, como Atenção Básica, Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar, Urgência e Emergência, Atenção Psicossocial, Assistência Farmacêutica e Vigilância Sanitária. Sempre que possível, serão relacionados aos indicadores de saúde, conforme previsto no inciso III do artigo 36 da Lei Complementar 141/2012.

4.1. Produção de Atenção Básica

Os serviços da Rede de Atenção Primária de Patrocínio são oferecidos em Unidades Básicas de Saúde distribuídas por todo o território do município, as quais estão sob a Coordenação Municipal de Atenção Primária. Dentre essas unidades, destaca-se a existência de equipes de Saúde Bucal, Estratégia de Saúde da Família - ESFs e Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS. Além disso, há os serviços prestados na Penitenciária Deputado Expedito Faria Tavares com uma Unidade de Saúde Prisional.

A tabela a seguir apresenta uma visão geral da produção dos serviços da Atenção Primária.

Caráter de atendimento: Complexidade Atenção Básica

Tipo de Produção	Sistema de Informações Ambulatoriais
	Quantidade
Visita Domiciliar	39.694
Atendimento Individual	42.984
Procedimento	119.099
Atendimento Odontológico	6.853
Total	208.630

Fonte: Sistema de informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

4.2. Produção de Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos

Caráter de atendimento: Urgência

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	-	-	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	15	1.712,71	1	9.038,54
03 Procedimentos clínicos	398	5.278,40	1.191	1.891.198,61
04 Procedimentos cirúrgicos	17	425,00	684	1.564.193,32
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-
06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	-	150		
08 Ações complementares da atenção à saúde	14	69,30		
09 Procedimentos para Ofertas de Cuidados Integrados	-	-	-	-
Total	444	7.485,41	1.876	3.464.430,47

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 03/09/2025.

1º RDQA - Período de Referência: janeiro a abril

2º RDQA - Período de Referência: janeiro a agosto

3º RDQA - Período de Referência: janeiro a dezembro

4.3. Produção de Atenção Psicossocial por Forma de Organização

A Rede de Atenção Psicossocial de Patrocínio é coordenada pela rede pública e compreende serviços prestados nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II e CAPS AD III para álcool e drogas), além do Ambulatório de Psiquiatria para adultos e crianças, localizados na Policlínica e no Hospital Irmandade Santa Casa de Patrocínio. No ano de 2025, a rede de Atenção Psicossocial realizou cerca de 16.467 atendimentos. O Hospital Irmandade Santa Casa de Patrocínio realizou 55 procedimentos relacionados a internações psiquiátricas. A seguir, é possível conferir o sistema de informações ambulatoriais de forma acumulada.

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	Qtd. aprovada	Valor aprovado
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	16.467	-
Sistema de Informações Hospitalares		
Forma de Organização	AIH Pagas	Valor total
030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais	55	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)
Data da consulta: 03/09/2025.

4.4. Produção de Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar por Grupo de Procedimentos

Os serviços de atenção ambulatorial especializada e hospitalar são oferecidos por diversos setores no município de Patrocínio. A maioria desses serviços está subordinada à Coordenação Municipal de Atenção à Saúde, como os prestados pelo Pronto Socorro Municipal, Centro Especializado de Odontologia - CEO e Centro Estadual de Atendimento Especializado - CEAE. Além disso, há os serviços prestados pela rede contratada e conveniada, como o APAE com o CER II - Centro Especializado em Reabilitação com Oficina Ortopédica, o Hospital Santa Casa de Patrocínio, Hospital do Câncer e o Hospital de Clínicas de Patrocínio (oftalmologia). Esses serviços correspondem à produção na atenção de média e alta complexidade, ligados às áreas ambulatorial e hospitalar. Os dados referentes à produção desses serviços são apresentados por grupo de procedimentos na tabela a seguir de forma acumulada.

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado	AIH Pagas	Valor total
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	2.370	2.675,70	-	-
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	381.940	2.291.815,51	2	9.891,78
03 Procedimentos clínicos	277.025	4.906.229,39	1.191	1.891.198,61
04 Procedimentos cirúrgicos	2.257	219.520,47	1.097	2.746.688,71
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	-	-	-	-

06 Medicamentos	-	-	-	-
07 Órteses, próteses e materiais especiais	763	328.896,26	-	-
08 Ações complementares da atenção à saúde	32.675	169.589,55	-	-
09 Procedimentos para Ofertas de Cuidados Integrados				
Total	697.030	7.918.726,88	2.290	4.647.779,10

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Data da consulta: 03/09/2025.

1º RDQA - Período de Referência: janeiro a abril

2º RDQA - Período de Referência: janeiro a agosto

3º RDQA - Período de Referência: janeiro a dezembro

4.5. Produção de Assistência Farmacêutica

Este item se refere ao componente especializado da assistência farmacêutica, que é gerenciado pela esfera estadual. Por esse motivo, não é possível apresentar dados de produção sob gestão municipal. Cabe ao município realizar a gestão do componente básico da assistência farmacêutica, que compreende a aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos para atendimento à população

4.6. Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimentos

Os serviços de vigilância são supervisionados pela Coordenação de Vigilância em Saúde e englobam diversos setores, como a Coordenação de Vigilância Sanitária e a Coordenação de Vigilância Epidemiológica. A seguir, pode ser conferido o sistema de informações ambulatoriais de forma acumulada.

Financiamento: Vigilância em Saúde

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	344	-
Total	344	-

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS)

1º RDQA - Período de Referência: janeiro a abril

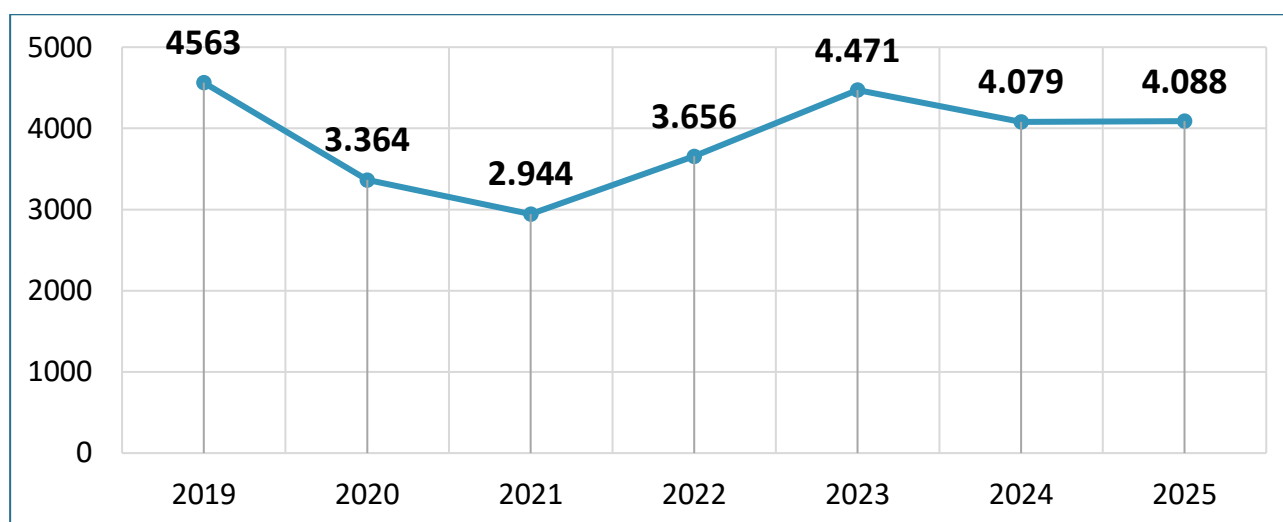
2º RDQA - Período de Referência: janeiro a agosto

3º RDQA - Período de Referência: janeiro a dezembro

Data da consulta: 03/09/2025.

4.7. Produção no Setor de TFD - Tratamento Fora Domicílio

O Tratamento Fora de Domicílio (TFD) desempenha um papel crucial no sistema de saúde pública, permitindo o acesso de pacientes a serviços assistenciais especializados que não estão disponíveis localmente. Este capítulo visa analisar a produção no setor de TFD durante o período de janeiro a abril de 2025. Foram emitidas 4.088 guias, um aumento de 0,0022% em comparação ao mesmo período do ano de 2024, destacando os principais números e tendências observadas.



O TFD é regulamentado pela Portaria SAS nº 055, de 24 de fevereiro de 1999, que estabelece o objetivo de garantir o acesso dos pacientes a serviços assistenciais em outras localidades quando esgotados os meios de tratamento ambulatorial no município/estado de origem, em conformidade com o princípio da universalidade estabelecido na Constituição Federal Brasileira de 1988.

O processo de encaminhamento e atendimento no TFD envolve a emissão de guias de encaminhamento pela Secretaria Municipal de Saúde, que são utilizadas pelos pacientes para acessar os serviços assistenciais em outras cidades. O TFD inclui transporte e hospedagem para tratamento, concedido exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e referenciada.

Os dados de produção do TFD no período analisado demonstram uma demanda significativa por serviços assistenciais especializados em várias cidades. Destacam-se cidades como Uberlândia, Barretos e Patos de Minas, que apresentam um alto número de pacientes atendidos. Além disso, variações na demanda ao longo dos quadrimestres são observadas, refletindo possíveis mudanças nas necessidades de saúde da população.

O TFD desempenha um papel crucial no acesso a tratamentos especializados, melhorando a qualidade de vida dos pacientes e reduzindo desigualdades no acesso aos serviços de saúde. No entanto, alguns desafios, como a logística de transporte e hospedagem, podem impactar a eficiência e eficácia do programa. Estratégias para superar esses desafios podem incluir melhorias na gestão de recursos e parcerias com instituições locais.

Em resumo, a análise da produção no setor de TFD destaca a importância deste programa no acesso a serviços assistenciais especializados. A compreensão dos padrões de demanda e dos desafios enfrentados pode orientar políticas e intervenções para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados no âmbito do TFD.

4.7.1. TFD - Produção dos Atendimentos por Cidade

Número de Pacientes Atendidos				
Unidade	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Aparecida de Goiania	0	0	0	0
Araguari	105	0	0	105
Barretos	798	0	0	798
Bauru	17	0	0	17
Belo Horizonte	124	0	0	124
Betim	0	0	0	0
Brasília	55	0	0	55
Campinas	41	0	0	41
Catalão	0	0	0	0
Contagem	1	0	0	1
Fernandópolis	6	0	0	6
Jales - SP	119	0	0	119
Juiz de Fora	2	0	0	2
Patos de Minas	447	0	0	447
Ribeirão Preto	25	0	0	25
Ribeirão Preto /São Paulo	0	0	0	0
São José do Rio Preto	0	0	0	0
São Paulo	23	0	0	23
São Sebastião do Paraíso	18	0	0	18
Sorocaba- SP	18	0	0	18
Uberaba	93	0	0	93
Uberlândia	2.196	0	0	2.196
TOTAL GERAL	4.088	0	0	4.088



Fonte: Sistema de Informática - Sisad Softwares
 Data da consulta: 30/05/2025.
 1º RDQA - Período de Referência: janeiro a abril
 2º RDQA - Período de Referência: janeiro a agosto
 3º RDQA - Período de Referência: janeiro a dezembro

4.7.2. TFD - Produção dos Atendimentos por Especialidade

Número de Pacientes Atendidos por Especialidade				
Procedimento	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
AASI	62	0	0	62
Alergista	26	0	0	26
Amb. Vascular	0	0	0	0
Anel de Ferrara	0	0	0	0
Anemia Falciforme	1	0	0	1
Angiologia	3	0	0	3
Angioplastia	1	0	0	1
Angioressonancia	1	0	0	1
Aplicação de Botox	1	0	0	1
Arteriografia	1	0	0	1
Artrite Reumatóide	0	0	0	0
Artrodese	1	0	0	1
Artroplastia Total Joelho	0	0	0	0
Asma Brônquica	1	0	0	1
Audiologia	0	0	0	0
Audiometria	2	0	0	2
Avaliação Cirúrgica	1	0	0	1
BERA	2	0	0	2
Braquiterapia	30	0	0	30
Broncoscopia	0	0	0	0
Bucomaxilofacial	38	0	0	38
Cabeça e Pescoço	50	0	0	50
Cadeira de Rodas	0	0	0	0
Capsulotomia Yag Laser	0	0	0	0
Cardiologia	41	0	0	41
Cardiologia Pediátrica	34	0	0	34
Catarata Congênita	0	0	0	0
Cateterismo	8	0	0	8
Cintilografia	27	0	0	27
Cintilografia Miocárdica	2	0	0	2
Cintilografia Óssea	8	0	0	8
Cintilografia Renal	5	0	0	5
Cintilografia Tireoide	0	0	0	0
Cirurgia Bariátrica	15	0	0	15
Cirurgia Cabeça e Pescoço	7	0	0	7
Cirurgia Cardíaca	9	0	0	9
Cirurgia de Mama	1	0	0	1

Cirurgia do aparelho digestivo	28	0	0	28
Cirurgia Geral	59	0	0	59
Cirurgia Pediátrica	14	0	0	14
Cirurgia Plástica	34	0	0	34
Cirurgia Torácica	12	0	0	12
Cirurgia Vascular	41	0	0	41
Clínica Geral	1	0	0	1
Clinica Medica	4	0	0	4
Colo angiografia Retrógrada	1	0	0	1
Colonoscopia	8	0	0	8
Coloproctologia	5	0	0	5
Curativo	2	0	0	2
Deglutograma	3	0	0	3
Dermatologia	66	0	0	66
Dilatação de Esôfago	0	0	0	0
Doador	0	0	0	0
Doador Renal	1	0	0	1
Duplex - Scan	0	0	0	0
Ecocardiograma	7	0	0	7
Eletrcardiograma	2	0	0	2
Eletronecefalograma	3	0	0	3
Eletroneuromiografia	0	0	0	0
Endocrinologia	92	0	0	92
Endoscopia	10	0	0	10
Esclerose	1	0	0	1
Espirometria	10	0	0	10
Exame	208	0	0	208
Exerese de Lesão Palpebral	1	0	0	1
Fenda palatina + Lábio	8	0	0	8
Fibrobroncoscopia	0	0	0	0
Fibrobroncoscopia	0	0	0	0
Fígado Gorduroso	0	0	0	0
Fisioterapia	14	0	0	14
Fonoaudiologia	8	0	0	8
Fototerapia	35	0	0	35
Gastroenterologia	35	0	0	35
Gastropediatra	21	0	0	21
Genética	6	0	0	6
Geriatría	3	0	0	3
Gestação Alto Risco	17	0	0	17
Ginecologia	38	0	0	38
H1N1	1	0	0	1
Hansenologia	37	0	0	37
Hematologia	79	0	0	79
Hemodiálise	3	0	0	3
Hepatite Viral C	0	0	0	0
Hepatologia	13	0	0	13



Implante de Marcapasso	2	0	0	2
Imuno Pediatra	7	0	0	7
Infectologia - DST/HIV	49	0	0	49
Infectologia - Geral	43	0	0	43
Iodoterapia	1	0	0	1
Ligadura de Varizes	3	0	0	3
Litotripsia Extracorporea	0	0	0	0
Mamografia	8	0	0	8
Manometria Esofágica	0	0	0	0
Marcapasso	38	0	0	38
Mastologia	13	0	0	13
Medicação	17	0	0	17
Medicina Interna	4	0	0	4
MI - Geral	59	0	0	59
MI de Fígado	5	0	0	5
Mielograma	2	0	0	2
Nefrologia	42	0	0	42
Nefrologia pediátrica	11	0	0	11
Neonatologia	4	0	0	4
Neurocirurgia	12	0	0	12
Neurocirurgia Vascular Cerebral	2	0	0	2
Neuroendocrinologia	0	0	0	0
Neurologia	74	0	0	74
Neurologia Genética	4	0	0	4
Neurologia pediátrica	33	0	0	33
Neuromuscular	5	0	0	5
Neuropediatria	20	0	0	20
Neurovascular	0	0	0	0
Nutrição	14	0	0	14
Obstetrícia	1	0	0	1
OCT - Tomografia de Coerência Ótica	0	0	0	0
Odontologia	33	0	0	33
Oftalmo Neonatologia	0	0	0	0
Oftalmologia	148	0	0	148
Oncologia	943	0	0	943
Ortodontia	3	0	0	3
Ortopedia	162	0	0	162
Ortopedia Joelho	17	0	0	17
Ortopedia Oncológica	0	0	0	0
Ortopedia Pediátrica	15	0	0	15
Ortopedia Quadril	1	0	0	1
Otorrino	66	0	0	66
Paaf da Tireoide	0	0	0	0
Pediatria	47	0	0	47
Plástica Ocular	1	0	0	1
Pneumo Pediatra	17	0	0	17



Pneumologia	20	0	0	20
Polissonografia	0	0	0	0
Pós Operatório	9	0	0	9
Pré anestésico	12	0	0	12
Pré Operatório	5	0	0	5
Proctologia	11	0	0	11
Prótese	3	0	0	3
Psicologia	23	0	0	23
Psiquiatria	6	0	0	6
Pterigio	2	0	0	2
Queimados	0	0	0	0
Quimioterapia	73	0	0	73
Radiocirurgia	1	0	0	1
Radiografia	3	0	0	3
Radioterapia	452	0	0	452
Reabilitação Pedagógica	0	0	0	0
Ressecção Cirúrgica	1	0	0	1
Ressonância Magnética	11	0	0	11
Reumatologia	35	0	0	35
Revascularização	0	0	0	0
Terapia Ocupacional	9	0	0	9
Teste de Suor	0	0	0	0
Timpanomastoidectomia	0	0	0	0
Tireoide	0	0	0	0
Tomografia	37	0	0	37
Toxoplasmose	0	0	0	0
Transplante	22	0	0	22
Transplante de Córnea	9	0	0	9
Transplante Renal	20	0	0	20
Traumatologia	32	0	0	32
Ultrassonografia	19	0	0	19
Uretrocistografia	3	0	0	3
Urologia	27	0	0	27
Urologia Oncológica	5	0	0	5
Urologia Pediátrica	3	0	0	3
Vacina	0	0	0	0
Videolaparoscopia	0	0	0	0
TOTAL GERAL	4.088	0	0	4.088

Fonte: Sistema de Informática - Sisad Softwares

Data da consulta: 30/05/2025.

1º RDQA - Período de Referência: janeiro a abril

2º RDQA - Período de Referência: janeiro a agosto

3º RDQA - Período de Referência: janeiro a dezembro

4.8. Produção de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica Municipal

A oferta de assistência farmacêutica na Atenção Básica Municipal é realizada através de diferentes unidades de saúde, incluindo dispensários de medicamentos na rede básica, na Policlínica e na farmácia da Secretaria Municipal de Saúde. Esses locais disponibilizam tanto os medicamentos do componente básico quanto aqueles constantes na REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais).

Número de Dispensações				
Unidade	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Marciano Brandão CAPS II	1.083			1.083
Centro de Atenção Psicossocial CAPS AD III	1.301			1.301
Cias Dr José Figueiredo	4.613			4.613
Secretaria de Saúde	8.958			8.958
UBS Boa Esperança	3.661			3.661
UBS Dr José Garcia Brandão (PACS)				
UBS Enéas Ferreira de Aguiar	2.364			2.364
UBS Jardim Sul	1.429			1.429
UBS Marciano Brandão	1.959			1.959
UBS Matinha	631			631
UBS Morada Nova	2.671			2.671
UBS Salitre	63			63
UBS Santa Terezinha	2.973			2.973
UBS Santo Antônio	1.982			1.982
UBS São Benedito				
UBS São Cristóvão	1.079			1.079
UBS São João da Serra Negra	753			753
UBS São Judas	853			853
UBS São Vicente	2.240			2.240
UBS Silvano	930			930
TOTAL GERAL	39.543			39.543

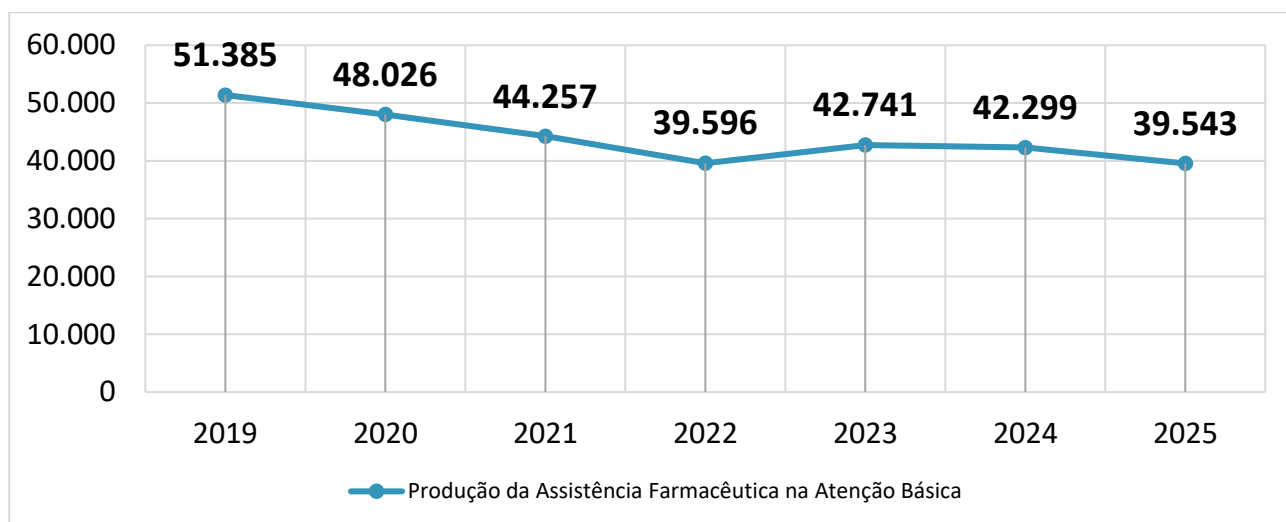
Fonte: Sistema de Gestão de Saúde Pública - (Visão 360)

Data da consulta: 30/05/2025

1º RDQA - Período de Referência: janeiro a abril

2º RDQA - Período de Referência: janeiro a agosto

3º RDQA - Período de Referência: janeiro a dezembro



4.9. Análises e Considerações sobre Dados da Produção de Serviços no SUS

Os quantitativos apresentados neste relatório são cumulativos e referem-se à produção dos serviços de saúde no 1º quadrimestre de 2025. Ao realizar uma comparação com o mesmo período do ano anterior, é possível observar, conforme os gráficos abaixo, variações significativas na produção dos serviços.

Destaca-se um aumento na produção dos seguintes itens:

- Item 4.2 - Urgência e Emergência por Grupo de Procedimentos
- Item 4.3 - Atenção Psicossocial
- Item 4.4 (Hospitalar) - Sistema de Informação Hospitalares
- Item 4.4 (Ambulatorial) - Atendimentos Ambulatoriais
- Item 4.6 - Vigilância em Saúde
- Item 4.7 - Tratamento Fora de Domicílio (TFD)

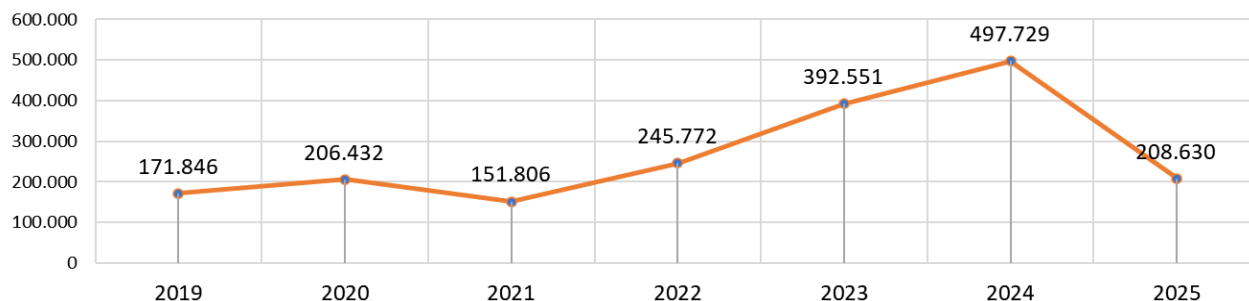
Por outro lado, observou-se uma redução na produção nos seguintes segmentos:

- Item 4.1 - Atenção Básica (Problemas envio sistema Dardani)
- Item 4.8 - Assistência Farmacêutica

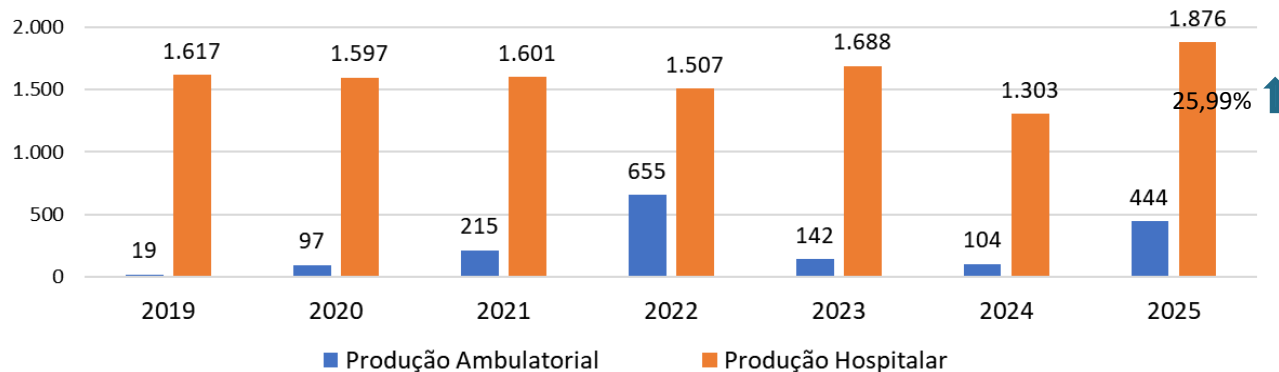
Essas variações refletem dinâmicas específicas no comportamento da demanda, reorganização dos fluxos assistenciais e possíveis ajustes operacionais nas unidades de saúde ao longo do ano. A análise detalhada desses dados é fundamental para embasar

o planejamento estratégico, a alocação de recursos e a tomada de decisões em saúde pública.

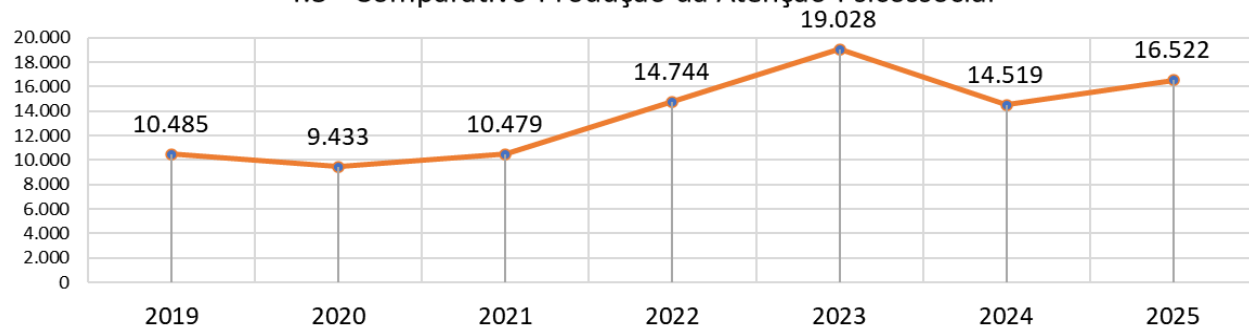
4.1 - Comparativo Produção da Atenção Básica



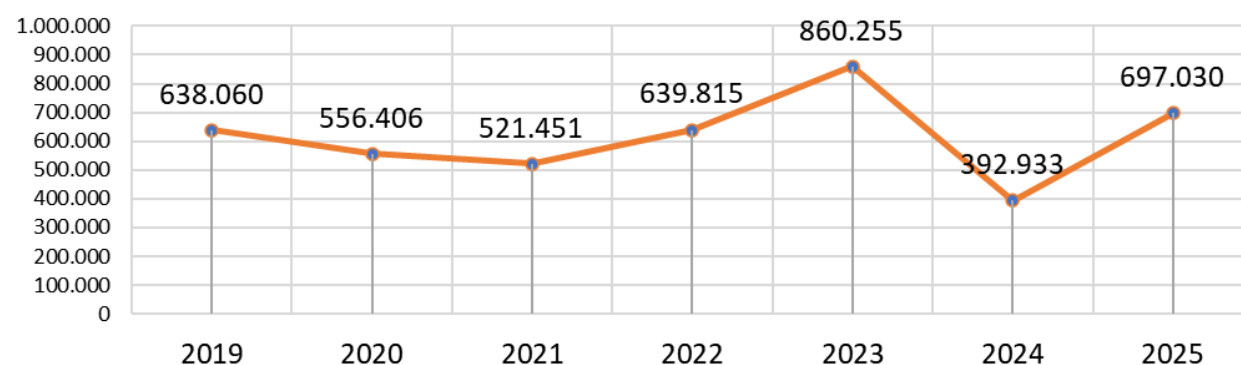
4.2 - 1º RDQA Comparativo Urgência e Emergência



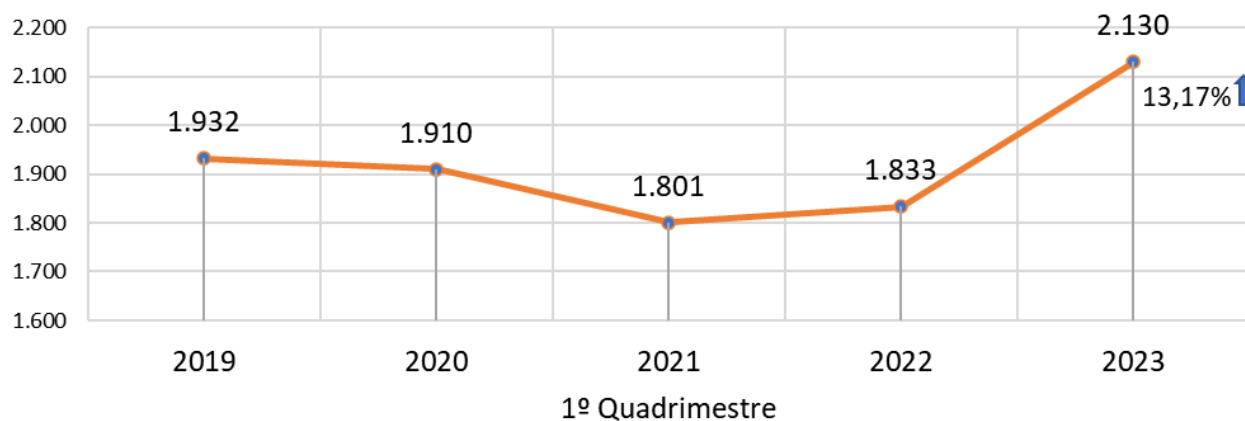
4.3 - Comparativo Produção da Atenção Psicossocial



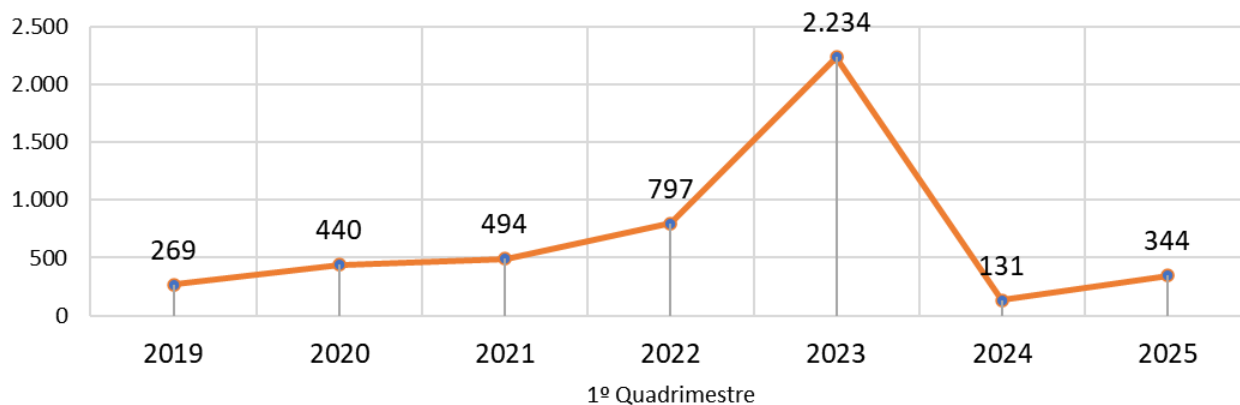
4.4 - Produção Ambulatorial Especializada



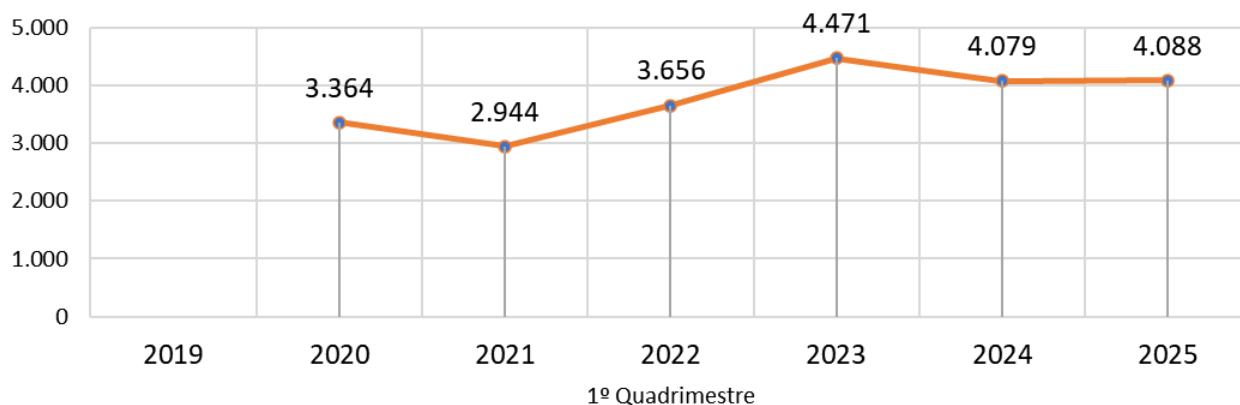
4.4 - Produção Hospitalar



4.6 - Produção da Vigilância em Saúde



4.7 - Produção do TFD



5. REDE FÍSICA PRESTADORA DE SERVIÇOS AO SUS

São apresentadas tabelas produzidas diretamente pelo DGMP e extraídas do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES da rede física de estabelecimentos de saúde no município de Patrocínio por tipo de estabelecimento e por natureza jurídica.

5.1. Por tipo de estabelecimento e gestão

Neste item identifica-se qual gestão o estabelecimento de saúde está vinculado (Estadual, Municipal ou Dupla), uma vez que este tem a responsabilidade de realizar cadastro, programação, autorização e pagamento dos serviços prestados ao SUS.

A dupla gestão se aplica quando no município existem estabelecimentos que pertencem a outro ente da federação e estes possuem contrato ou convênio de prestação de serviços entre si.

Período 04/2025

Rede física de estabelecimentos de saúde por tipo de estabelecimentos				
Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
Unidade movel de nivel pre-hospitalar na area de urgencia	0	0	3	3
POLO ACADEMIA DA SAUDE	0	0	1	1
HOSPITAL ESPECIALIZADO	0	0	1	1
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	0	2	0	2
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	0	0	1	1
PRONTO ATENDIMENTO	0	0	1	1
POLICLINICA	0	0	1	1
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	0	0	1	1
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	2	0	15	17
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	0	0	6	6
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	0	0	12	12
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	0	0	2	2
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	0	0	2	2
Total	2	2	40	44

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS.

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 17/08/2025.

5.2. Por natureza jurídica

Período 04/2025

Rede física de estabelecimentos de saúde por natureza jurídica				
Natureza Jurídica	Municipal	Estadual	Dupla	Total
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
ORGAO PUBLICO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL OU DO DISTRITO FEDERAL	0	0	2	2
MUNICIPIO	25	0	0	25
CONSORCIO PUBLICO DE DIREITO PUBLICO (ASSOCIACAO PUBLICA)	1	2	0	3
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
SOCIEDADE EMPRESÀRIA LIMITADA	14	0	0	14
ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS				
FUNDACAO PRIVADA	2	0	0	2
ASSOCIACAO PRIVADA	4	0	0	4
PESSOAS FÍSICAS				
Total	46	2	2	50

Observação: Os dados apresentados referem-se ao número de estabelecimentos de saúde públicos ou prestadores de serviços ao SUS.

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Data da consulta: 17/08/2025.

5.3. Consórcios em saúde

Patrocínio, assim como outras cidades brasileiras, tem se empenhado em encontrar soluções para aprimorar a qualidade dos serviços públicos de saúde oferecidos à população. Uma dessas estratégias tem sido a adesão a consórcios, visando melhorar a gestão dos recursos direcionados à saúde e ampliar o acesso aos serviços essenciais.

O município é parte integrante de dois consórcios regionais, o CISPARANÁIBA e o CISTRI. O primeiro engloba diversos municípios da região, com foco na realização de exames e procedimentos que fortalecem a saúde pública local.

Por sua vez, o segundo consórcio é responsável pela coordenação do SAMU na região. Este serviço desempenha um papel crucial na prestação de assistência médica em situações de urgência e emergência, garantindo um atendimento ágil e eficiente à população.

6. PROFISSIONAIS DE SAÚDE TRABALHANDO NO SUS

Período 04/2025

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1)	Autônomos (0209, 0210)	46	0	7	0	0
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	13	42	76	209	116
	Intermediados por outra entidade (08)	21	0	2	0	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	6	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	11	0	7	0	0
	Celetistas (0105)	3	1	16	10	0
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	2	0
Sem Fins Lucrativos (NJ grupo 3)	Autônomos (0209, 0210)	187	0	15	1	0
	Celetistas (0105)	5	70	82	344	0
	Informais (09)	1	0	1	0	0
	Intermediados por outra entidade (08)	0	0	0	1	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	15	0	2	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	1	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	1	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs médicos	CBOs enfermeiro	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	82	14	36	64	88
Sem Fins Lucrativos (NJ grupo 3)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	8	0	2	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 17/08/2025.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2020	2021	2022	2023
Privada (NJ grupos 2, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	9	12	12	13
	Celestistas (0105)	31	32	35	32
	Intermediados por outra entidade (08)	0	2	2	2
Pública (NJ grupo 1)	Autônomos (0209, 0210)	11	29	40	49
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	554	545	542	683
	Intermediados por outra entidade (08)	31	30	27	26
	Residentes e estagiários (05, 06)	1	2	3	3
Sem fins lucrativos (NJ grupo 3)	Autônomos (0209, 0210)	189	197	200	206
	Celestistas (0105)	390	426	464	537
	Informais (09)	1	1	1	1
	Intermediados por outra entidade (08)	2	2	1	1
	Residentes e estagiários (05, 06)	10	13	11	10
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	1	1

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2020	2021	2022	2023
Privada (NJ grupos 2, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	1	1	0	0
Pública (NJ grupo 1)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	373	453	497	337
Sem fins lucrativos (NJ grupo 3)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 010302, 0104)	18	17	18	14

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 17/08/2025.



6.1. Análises e Considerações sobre Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS

É importante destacar que os números apresentados se referem aos profissionais de saúde que atuam no SUS, tanto na Rede Pública de Saúde quanto em prestadores credenciados ao SUS. Essas informações foram obtidas a partir da base de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e publicado pela DRAC/SAES e produzidas diretamente pelo DigiSUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP), o que garante a confiabilidade e a precisão dos dados.

7. PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE - PAS

7.1. Diretrizes, objetivos, metas e indicadores

DIRETRIZ Nº 1 - Garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde dos usuários, mediante aprimoramento da política de atenção primária.

OBJETIVO Nº 1.1 - Garantir o acesso aos serviços de atenção básica e ampliar a cobertura pela estratégia saúde da família.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano Linha Base	Linha base	Meta Plano (2022-2025)	Meta 2025	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar Equipes de Saúde da Família.	Total de equipes da Saúde da Família Implantadas.	Número	2020	19	22	22	Sem Apuração	0,00%
2. Acompanhar as condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família.	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família.	Percentual	2020	65,57%	80,00%	80,00%	Sem Apuração	0,00%
3. Custear a conectividade de internet em 100% das Unidades Básicas de Saúde.	Proporção de Unidades com internet.	Percentual	2020	100,00%	100,00%	100,00%	Sem Apuração	0,00%
4. Acompanhar o grupo de trabalho do PSE.	Quantidade de reuniões anuais com realização mensal do GTIM.	Número	2020	12	48	12	Sem Apuração	0,00%
5. Garantir 100% das Unidades de Saúde com Prontuário Eletrônico.	Quantidade de usuários com prontuário implantados.	Percentual	2020	100,00%	100,00%	100,00%	Sem Apuração	0,00%
6. Ampliar o número de usuários participantes na Academia da Saúde.	Número de turmas participantes na Academia da Saúde	Número	2020	20	50	40	Sem Apuração	0,00%
7. Ampliação do horário de atendimento da população da área rural na Unidade Básica de Saúde do PACS.	Ampliação do horário de atendimento.	Número	2020	0	4	1	Sem Apuração	0,00%
8. Aumentar percentual de cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde (acompanhamento nutricional) do Programa Bolsa Família.	Quantidade de famílias acompanhadas no que se refere às condicionalidades de saúde. (acompanhamento nutricional).	Percentual	2020	55,00%	80,00%	75,00%	Sem Apuração	0,00%
9. Monitorar o estado nutricional da população atendida nas Unidades Básicas de Saúde e aumentar o número de pessoas acompanhadas no SISVAN WEB.	Quantidade de pessoas com estado nutricional acompanhado: aferição de peso e altura, minimamente acompanhados de orientação nutricional.	Percentual	2020	50,00%	80,00%	70,00%	Sem Apuração	0,00%
10. Monitorar e acompanhar o estado nutricional e de saúde de pessoas atendidas pelo Programa Municipal de Atenção Nutricional às Pessoas com Necessidades Especiais de Alimentação que recebem fórmulas nutricionais fornecidas pela Secretaria Municipal de Saúde.	Quantidade de pessoas atendidas pelo programa incluindo crianças, adolescentes, adultos e idosos com acompanhamento e orientação nutricional específica e individualizada.	Percentual	2020	85,00%	100,00%	95,00%	Sem Apuração	0,00%

OBJETIVO Nº 1.2 - Ampliar a oferta e a qualidade de atendimentos em saúde bucal.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano Linha Base	Linha base	Meta Plano (2022-2025)	Meta 2025	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar o acesso da Atenção Primária credenciando mais Equipes de Saúde Bucal.	Número de Equipes de Saúde Bucal.	Número	2020	14	16	18	Sem Apuração	0,00%
2. Ampliar percentual de Primeira Consulta Odontológica Programática.	Percentual de Primeira Consulta Odontológica Programática	Percentual	2020	65,00%	68,00%	67,00%	Sem Apuração	0,00%
3. Ampliar percentual de Tratamentos Completados – TC em relação à Primeira Consulta Odontológica Programática.	Tratamentos Completados – TC em relação à Primeira Consulta Odontológica Programática.	Percentual	2020	-	80,00%	75,00%	Sem Apuração	0,00%

4. Ampliar o percentual de Escolas Municipais, Estaduais e Centros de Educação Infantil com ações educativas em Saúde Bucal.	Percentual de escolas cobertas com ações educativas em Saúde Bucal.	Percentual	2020	57,00%	87,00%	77,00%	Sem Apuração	0,00%
--	---	------------	------	--------	--------	--------	--------------	-------

OBJETIVO Nº 1.3 - Ampliar a oferta e a qualidade de atendimentos em fisioterapia.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano Linha Base	Linha base	Meta Plano (2022-2025)	Meta 2025	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Aquisição de novos equipamentos de fisioterapia.	Número absoluto de equipamentos adquiridos.	Número	2020	12	74	20	Sem Apuração	0,00%
2. Criação de novas clínicas de fisioterapia	Número absoluto de clínicas de fisioterapia implantadas.	Número	2020	2	2	0	Sem Apuração	0,00%
3. Ampliar o atendimento clínico e domiciliar.	Número absoluto de atendimentos.	Número	2020	2	3	1	Sem Apuração	0,00%

OBJETIVO Nº 1.4 - Adequar a rede física e melhorar a segurança, a ambiência e a infraestrutura das unidades de saúde.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano Linha Base	Linha base	Meta Plano (2022-2025)	Meta 2025	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Assinar convênios com o Estado e União para construção, reforma e ampliação das Unidades de Saúde.	Proporção de convênios liberados pela União e Estado.	Proporção	2020	0,00	100,00%	100,00%	Sem Apuração	0,00%
2. Assinar convênios com o Estado e União para aquisição de equipamentos para as Unidades de Saúde.	Proporção de convênios liberados pela União e Estado.	Proporção	-	0,00	100,00%	100,00%	Sem Apuração	0,00%
3. Assinar programas com o Estado e União para construção, reforma e ampliação das Unidades de Saúde.	Proporção de programas liberados pela União e Estado.	Proporção	2020	0,00	100,00%	100,00%	Sem Apuração	0,00%
4. Assinar programas com o Estado e União para aquisição de equipamentos para as Unidades de Saúde.	Proporção de programas liberados pela União e Estado.	Proporção	2020	100,00	100,00%	100,00%	Sem Apuração	0,00%

OBJETIVO Nº 1.5 - Utilizar recursos para Atenção Básica provenientes da Lei Complementar 171, de 9 de maio de 2023, sobre a transposição e transferência de recursos estaduais aos FMS.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano Linha Base	Linha base	Meta Plano (2022-2025)	Meta 2025	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Utilização dos recursos provenientes da Lei Complementar 171, de 9 de maio de 2023, na atenção básica.	Percentual de aplicação dos recursos provenientes da LC 171/2023 na atenção básica.	Percentual	-	-	20,00%	0,00%	Sem Apuração	0,00%

DIRETRIZ Nº 2 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e serviços de qualidade.**OBJETIVO Nº 2.1 - Fortalecer o Centro de Especialidades Odontológicas – CEO.**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano Linha Base	Linha base	Meta Plano (2022-2025)	Meta 2025	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Ampliar o número de endodontia de molares na Atenção Especializada.	Número de endodontias de molares ofertadas.	Número	2020	120	168	156	Sem Apuração	0,00%
2. Ampliar o número de endodontia total na Atenção Especializada.	Número de endodontias totais ofertadas.	Número	2020	660	780	750	Sem Apuração	0,00%
3. Ampliar o número de Cirurgia Periodontal na Atenção Especializada.	Número de Cirurgia Periodontal ofertada.	Número	2020	253	345	322	Sem Apuração	0,00%
4. Ampliar o número nos Procedimentos Periodontais na Atenção Especializada.	Número de Procedimentos Periodontais ofertadas.	Número	2020	990	1.215	1.170	Sem Apuração	0,00%
5. Ampliar o número de cirurgia Bucomaxilofacial (CBMF).	Número de procedimentos da Cirurgia Bucomaxilofacial (CBMF) ofertada.	Número	2020	990	1.080	1.060	Sem Apuração	0,00%
6. Ampliar o número de procedimentos aos Pacientes com Necessidades Especiais – PNE.	Número de procedimentos ofertados aos Pacientes	Número	2020	2.750	2.850	2.825	Sem Apuração	0,00%

	com Necessidades Especiais – PNE.							
6. Ampliar o número de instalação de Prótese Dentária.	Número de Instalações de Prótese Dentária ofertado.	Número	2020	990	1.060	1.045	Sem Apuração	0,00%

OBJETIVO Nº 2.2 - Fortalecer o Centro Estadual de Atenção Especializada – CEAE.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano Linha Base	Linha base	Meta Plano (2022-2025)	Meta 2025	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Informatização do CEAE com instalação do Prontuário Eletrônico visando a criação de evolução unificada entre a Atenção Primária e Secundária e, assim, uma real integração da Rede de Atenção à Saúde.	Implantar programa de Prontuário Eletrônico	Número	2020	0	1	0	Sem Apuração	0,00%
2. Intensificar e ampliar o contato entre os Pontos da Rede de Atenção Secundária e APS.	Realização de Reuniões quadrimestrais.	Número	-	-	12	3	Sem Apuração	0,00%
3. Criar estratégias visando a diminuição do absenteísmo aos procedimentos de saúde (consulta/exame).	Estratégia para redução do absenteísmo.	Número	-	-	4	1	Sem Apuração	0,00%

OBJETIVO Nº 2.3 - Fortalecer e aprimorar o atendimento na Policlínica.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano Linha Base	Linha base	Meta Plano (2022-2025)	Meta 2025	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Elaborar estratégias para diminuição do absenteísmo.	Estratégia para redução do absenteísmo.	Número	-	-	4	1	Sem Apuração	0,00%
2. Aumentar o número de especialidades médicas.	Número de especialidades médicas acrescidas	Número	-	-	4	1	Sem Apuração	0,00%
3. Realização de maior número de reversão de ostomias.	Reversão de ostomias.	Percentual	-	-	20,00%	18,00%	Sem Apuração	0,00%
4. Construção/Mudança de uma nova Policlínica mais ampla e com mais consultórios médicos.	Construção ou Mudança de local da Policlínica.	Número	-	-	1	0	Sem Apuração	0,00%

OBJETIVO Nº 2.4 - Aperfeiçoar a Rede de Saúde Mental.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano Linha Base	Linha base	Meta Plano (2022-2025)	Meta 2025	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Fomentar as reuniões sistematizadas para as discussões de casos com a rede.	Realizar reunião a cada dois meses com coordenadores intersectoriais dos dispositivos.	Número	2020	4	24	6	Sem Apuração	0,00%
2. Fomentar as ações de matriciamentos de equipes da atenção básica e equipes dos pontos de atenção da urgência e emergência, e dos serviços hospitalares de referência no CAPS II.	Realizar matriciamento mensal por equipamento (CAPS II).	Número	2020	150	720	180	Sem Apuração	0,00%
3. Fomentar as ações de matriciamentos de equipes da atenção básica e equipes dos pontos de atenção da urgência e emergência, e dos serviços hospitalares de referência no CAPS AD III.	Realizar matriciamento mensal por equipamento (CAPS AD III).	Número	2020	150	720	180	Sem Apuração	0,00%
4. Fomentar as ações compartilhadas entre a Saúde Mental e as redes de cuidado do município: Atenção Básica, Pronto Socorro, CRAS, CREAS, APAE, UHSM, ARCA, Conselho Tutelar, SAMU, Polícia Militar, Judiciário, dentre outros órgãos competentes.	Realizar reunião a cada dois meses entre as áreas de Saúde Mental e Atenção Básica.	Número	2020	3	24	6	Sem Apuração	0,00%
5. Realizar reuniões com os municípios que compõem a RAPS da Microrregião.	Número absoluto de reuniões anuais.	Número	2020	12	48	12	Sem Apuração	0,00%

6. Implementar a estratégia de cuidado Consultório de Rua - eCR.	Habilitar junto ao MS o Consultório de Rua.	Número	-	-	1	0	Sem Apuração	0,00%
7. Reforma ou transferência do prédio do CAPS II.	Número absoluto de reforma ou transferência.	Número	-	-	1	0	Sem Apuração	0,00%

OBJETIVO Nº 2.5 - Fortalecer e aprimorar o atendimento do Serviço de Atendimento Domiciliar – SAD.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano Linha Base	Linha base	Meta Plano (2022-2025)	Meta 2025	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Adquirir materiais (pomadas, placas, soluções), para realização de curativos complexos e crônicos, visando a recuperação do paciente e a diminuição de tempo de terapia.	Número absoluto de aquisição de materiais para o SAD.	Número	-	-	4	1	Sem Apuração	0,00%
2. Adquirir materiais e utensílios para fisioterapia, nutrição, enfermagem, medicina, para o trabalho de reabilitação e cuidados aos pacientes do SAD.	Número absoluto de aquisição de materiais e utensílios para o trabalho de reabilitação e cuidados dos pacientes no SAD.	Número	-	-	4	1	Sem Apuração	0,00%
3. Alocar equipe do SAD em sala ampliada, com estrutura de escritório, informática, telefone, armários e banheiro.	Número absoluto de novo espaço de trabalho.	Número	-	-	1	0	Sem Apuração	0,00%
4. Propor a organização de encontros e reuniões com outras equipes do SAD dos municípios da região para compartilhamento de vivências e aprendizados.	Número absoluto de reuniões com equipes de outros municípios.	Número	-	-	4	1	Sem Apuração	0,00%

DIRETRIZ Nº 3 - Ampliar o acesso humanizado, integral, ágil e oportuno aos usuários no atendimento hospitalar e em situação de urgência e emergência.**OBJETIVO Nº 3.1 - Promoção da garantia do acesso da população aos serviços da Rede de Atenção à Urgência e Emergência.**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano Linha Base	Linha base	Meta Plano (2022-2025)	Meta 2025	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Promover a capacitação da equipe.	Capacitação da equipe.	Número	-	-	12	3	Sem Apuração	0,00%
2. Aumentar o número de funcionários.	Contratação de funcionários.	Percentual	-	-	20,00%	5,00%	Sem Apuração	0,00%
3. Implantação do serviço de controle hospitalar (CCIH).	Implantar o controle de infecção Hospitalar.	Número	-	-	1	0	Sem Apuração	0,00%
4. Manter referência para atendimento aos pacientes suspeitos e confirmados de COVID-19 e suas variantes, enquanto houver necessidade.	Unidade de atendimento mantida até o controle de contaminação e riscos de infecção ao coronavírus.	Número	2021	1	4	1	Sem Apuração	0,00%
5. Utilização dos recursos provenientes da Lei Complementar 171, de 9 de maio de 2023, na atenção à Urgência e Emergência.	Percentual de aplicação dos recursos provenientes da LC 171/2023 na atenção à Urgência e Emergência.	Percentual			80,00%	10,00%	Sem Apuração	0,00%

DIRETRIZ Nº 4 - Fortalecer a vigilância em saúde por meio da articulação com os serviços de saúde, do monitoramento e redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção.**OBJETIVO Nº 4.1 - Promover a Vigilância em Saúde nas seguintes áreas de atuação: produtos, serviços de saúde, interesse da saúde, meio ambiente, saúde do trabalhador e imunização.**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano Linha Base	Linha base	Meta Plano (2022-2025)	Meta 2025	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Reduzir a mortalidade fetal e infantil.	Taxa de mortalidade infantil.	Taxa	2020	10,29	12,53	13,00	Sem Apuração	0,00%
2. Avaliar qualidade da atenção e do acompanhamento dos casos novos até a completude do tratamento.	Percentual de cura de Hanseníase entre casos novos diagnosticados nos anos das Coortes.	Percentual	2020	90,00%	90,00%	90,00%	Sem Apuração	0,00%
3. Reduzir o percentual de abandono dos casos de Tuberculose Pulmonar Bacilífera que abandonaram o tratamento.	Percentual de casos de Tuberculose Pulmonar Bacilífera.	Percentual	-	-	5,00%	5,00%	Sem Apuração	0,00%

4. Aumentar a notificação de agravos e doenças em saúde do trabalhador.	Percentual de aumento das notificações dos agravos/doenças de saúde do trabalhador no SINAN (Sistema Nacional de Agravos de Notificação).	Número	2020	42	221	58	Sem Apuração	0,00%
5. Incentivar o preenchimento do Campo CNAE das fichas de notificação dos agravos/doenças relacionadas ao trabalho.	Percentual de notificações dos agravos/doenças de saúde do trabalhador no SINAN, com completude de preenchimento do campo Atividade Econômica.	Percentual	-	-	86,00%	85,00%	Sem Apuração	0,00%
6. Manter altas e homogêneas as taxas de cobertura vacinal em menores de 1 ano.	Percentual de vacinas com a cobertura vacinal preconizada para cada vacina menores de 1 ano.	Percentual	-	-	100,00%	100,00%	Sem Apuração	0,00%
7. Manter altas e homogêneas as taxas de cobertura vacinal em crianças de 1 ano a menores de 2 anos.	Percentual de vacinas com a cobertura vacinal preconizada para cada vacina de 1 ano a menores de 2 anos.	Percentual	-	-	100,00%	100,00%	Sem Apuração	0,00%
8. Manter o Plano de Contingência para enfrentamento da pandemia provocada pelo novo Coronavírus – Covid-19, atualizado e funcional contendo as ações para essa demanda.	Número de atualizações do Plano de Contingência para enfrentamento da pandemia Covid-19 realizados de acordo com a realidade local.	Número	2021	1	4	1	Sem Apuração	0,00%
9. Realizar análise da qualidade da água para consumo humano em pelo menos 71% das amostras, conforme determinado no Plano Estadual.	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	Proporção	2020	71	71	71	Sem Apuração	0,00%
10. Fiscalizar 100% dos serviços de saúde classificados como alto risco no Sistema de Informação em Vigilância Sanitária (SIVISA).	Proporção de serviços de saúde de alto risco inspecionados anualmente.	Proporção	-	-	100	100	Sem Apuração	0,00%
11. Realizar vacinação das crianças menores de 05 anos com os imunobiológicos do Calendário Básico de Vacinação do Ministério da Saúde.	Percentual de crianças menores de 05 anos vacinadas por imunobiológico.	Percentual	-	-	100,00%	97,00%	Sem Apuração	0,00%
12. Atingir participação ativa da população em Campanhas de Vacinação Adulto e Infantil de no mínimo 80%.	Percentual de pessoas vacinadas em Campanhas de Vacinação.	Percentual	-	-	80,00%	75,00%	Sem Apuração	0,00%
13. Capacitar as Equipes das Salas de Vacinas para uma oferta segura das ações relacionadas aos imunobiológicos.	Número absoluto de capacitações por ano.	Número	-	-	5	1	Sem Apuração	0,00%
14. Promover troca de equipamentos das Salas de Vacinas que não se encontram dentro dos padrões de qualidade.	Número absoluto de equipamentos substituídos.	Proporção	-	-	100	85	Sem Apuração	0,00%

DIRETRIZ Nº 5 - Garantia de assistência farmacêutica no âmbito do sus.**OBJETIVO Nº 5.1 - Promover acesso aos medicamentos considerados essenciais e contemplados nas políticas públicas.**

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano Linha Base	Linha base	Meta Plano (2022-2025)	Meta 2025	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Atualizar a Relação Municipal de Medicamentos – REMUME.	Número absoluto de atualização da REMUME.	Número	2020	0	2	1	Sem Apuração	0,00%
2. Construir uma nova farmácia privativa.	Percentual de obra construída.	Percentual	2020	0	100,00%	0,00%	Sem Apuração	0,00%
3. Disponibilizar os medicamentos padronizados na REMUME.	Percentual de medicamentos padronizados e disponibilizados na REMUME.	Percentual	2020	80,00%	100,00%	90,00%	Sem Apuração	0,00%
4. Credenciamento junto ao Estado na Política de descentralização do	Número absoluto de adesão.	Número	2020	0	1	0	Sem Apuração	0,00%



Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (PDCEAF).								
--	--	--	--	--	--	--	--	--

DIRETRIZ Nº 6 - Aperfeiçoamento e fortalecimento da gestão descentralizada e regionalizada, gestão do planejamento e da informação em saúde, gestão do trabalho e da educação na saúde e da gestão participativa e do controle social.

OBJETIVO Nº 6.1 - Fortalecer as instâncias do controle social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã.

Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Unidade de medida	Ano Linha Base	Linha base	Meta Plano (2022-2025)	Meta 2025	Resultado Anual	% meta alcançada da PAS
1. Manter e aprimorar a Ouvidoria do SUS no município.	Ouvidoria funcionando.	Número	2020	1	4	1	Sem Apuração	0,00%
2. Capacitar 100% dos conselheiros de saúde.	Percentual de Conselheiros capacitados.	Percentual	2020	0	100,00%	100,00%	Sem Apuração	0,00%
3. Estudo de viabilização de um Portal de Transparência da Saúde com acesso pelo usuário para acompanhamento da fila de cirurgia e exames.	Porcentagem de desenvolvimento do Estudo e implantação.	Percentual	2020	0	100,00%	100,00%	Sem Apuração	0,00%
4. Capacitação dos profissionais de saúde com ênfase no atendimento humanizado e valorização do profissional	Quantidade de Capacitações realizadas.	Número	-	-	16	4	Sem Apuração	0,00%

Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Natureza e Fonte								
Subfunções da Saúde	Natureza da Despesa	Recursos ordinários - Fonte Livre (R\$)	Receita de impostos e de transferência de impostos (receita própria - R\$)	Transferências de fundos à Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal (R\$)	Transferências de fundos ao Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Estadual (R\$)	Transferências de convênios destinados à Saúde (R\$)	Outros recursos destinados à Saúde (R\$)	Total(R\$)
0 - Informações Complementares	Corrente	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0
122 - Administração Geral	Corrente	1.092.000,00	15.111.000,00	34.000,00	20.000,00	1.000,00	1.000,00	16.259.000,00
	Capital	20.000,00	1.000,00	2.000,00	1.000,00	N/A	N/A	24.000,00
301 - Atenção Básica	Corrente	N/A	19.421.000,00	23.072.000,00	4.580.000,00	N/A	N/A	47.073.000,00
	Capital	N/A	120.000,00	201.000,00	301.000,00	2.000,00	1.000,00	625.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	N/A	21.496.000,00	65.064.000,00	26.837.000,00	N/A	2.000,00	113.399.000,00
	Capital	N/A	1.536.000,00	24.000,00	1.449.000,00	1.000,00	N/A	3.010.000,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	N/A	1.313.000,00	1.000,00	293.000,00	N/A	N/A	1.607.000,00
	Capital	N/A	1.000,00	1.000,00	10.000,00	N/A	N/A	12.000,00
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	N/A	871.000,00	6.000,00	84.000,00	N/A	N/A	961.000,00
	Capital	N/A	1.000,00	1.000,00	1.000,00	N/A	N/A	3.000,00



Demonstrativo da Programação de Despesas com Saúde por Subfunção, Natureza e Fonte								
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	N/A	1.432.000,00	1.219.000,00	610.000,00	N/A	N/A	3.261.000,00
	Capital	N/A	1.000,00	1.000,00	50.000,00	N/A	N/A	52.000,00
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	N/A	801.000,00	1.000,00	N/A	N/A	N/A	802.000,00
	Capital	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	0

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online
Data da consulta: 17/08/2025.



7.2. Análises e Considerações

Não houve apuração no período em questão. Contudo, as informações serão apresentadas no Relatório Anual de Gestão de 2025.

Os indicadores do SUS não estão sendo disponibilizados em tempo hábil para esta apresentação, e qualquer tentativa de utilizá-los neste momento traria dados desatualizados.



8. INDICADORES DE PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA

8.1. Análises e Considerações sobre Indicadores de Pactuação Interfederativa

O processo de Pactuação Interfederativa de Indicadores foi descontinuado com a revogação da Resolução nº 8/2016 a partir da publicação da Resolução de Consolidação CIT nº 1/2021¹.

Para mais informações, consultar a Nota Técnica nº 20/2021-DGIP/SE/MS².

¹ https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2021/rsc0001_02_06_2021.html

² <https://digisusgmp.saude.gov.br/storage/conteudo/694Fwffj1jIklWIYl4fqII7bvJS08aYwOxsQjYQT.pdf>

9. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

No primeiro quadrimestre de 2025, a receita base do Município de Patrocínio para a apuração da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) totalizou **R\$ 123.039.600,51 (cento e vinte e três milhões, trinta e nove mil, seiscentos reais e cinquenta e um centavos)**. Este montante corresponde a 32,51% da receita prevista para o exercício financeiro do ano.

Diante dessa arrecadação, a aplicação mínima obrigatória em ASPS, correspondente a 15% da receita base, era de R\$ 18.455.940,07.

O Município de Patrocínio não apenas cumpriu, mas superou a determinação legal. No período, o total de despesas com recursos próprios em ASPS foi de **R\$ 19.670.950,75 (dezenove milhões, seiscentos e setenta mil, novecentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos)**, o que representa um percentual efetivo de **15,98%** sobre a receita base, ficando, portanto, acima do mínimo constitucional.

É importante destacar que o investimento total na saúde municipal foi ainda maior. Considerando as despesas computadas e não computadas para o limite mínimo, o gasto total em saúde alcançou **R\$ 53.526.228,64 (cinquenta e três milhões, quinhentos e vinte e seis mil, duzentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos)**. Isso se deve à aplicação de **R\$ 33.450.661,01 (trinta e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e sessenta e um reais e um centavo)** provenientes de outras fontes, como transferências da União e do Estado, que não entram no cálculo do percentual mínimo.

9.1 Execução da programação por fonte de recurso, subfunção e categoria econômica

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção									
Subfunções		Recursos Ordinários - Fonte Livre	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
301 - Atenção Básica	Corrente	0	6.701.484,83	4.581.415,26	749.126,41	0	0	0	12.032.026,50
	Capital	0	0	0	36.256,79	0	0	0	36.256,79
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Corrente	0	8.049.233,95	20.862.568,92	6.633.898,56	0	0	0	35.545.701,43
	Capital	0	0	0	9.831,78	0	0	0	9.831,78

303 - Suporte Profilático e Terapêutico	Corrente	0	463.362,36	0	104.229,38	0	0	0	567.591,74
	Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
304 - Vigilância Sanitária	Corrente	0	243.214,55	0	0	0	0	0	243.214,55
	Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
305 - Vigilância Epidemiológica	Corrente	0	446.789,38	326.387,71	135.729,16	0	0	0	908.906,25
	Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
306 - Alimentação e Nutrição	Corrente	0	625.520,86	0	0	0	0	0	625.520,86
	Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Subfunções	Corrente	404.616,88	3.141.344,82	7.279,16	3.937,88	0	0	0	3.557.178,74
	Capital	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		404.616,88	19.670.950,75	25.777.651,05	7.673.009,96	0	0	0	53.526.228,64

(*) ASPS: Ações e Serviços Públicos em Saúde

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Data da consulta: 17/08/2025.

9.2. Indicadores financeiros

Indicadores do Ente Federado			Transmissão
Indicador			Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município		13,40 %
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município		81,24 %
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município		19,81 %
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município		81,19 %
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município		39,39 %
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município		58,05 %
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante		R\$ 566,01
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde		38,10 %
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde		3,64 %
2.4	Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde		40,16 %
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde		0,09 %
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		13,05 %
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde		64,22 %



3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	15,98%
-----	---	--------

Fonte: Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)
Data da consulta: 17/08/2025.

9.3. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	89.284.000,00	89.284.000,00	28.398.743,34	31,81
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	34.650.000,00	34.650.000,00	10.744.476,14	31,01
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	10.634.000,00	10.634.000,00	4.257.972,62	40,04
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	25.500.000,00	25.500.000,00	9.785.023,49	38,37
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	18.500.000,00	18.500.000,00	3.611.271,09	19,52
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	289.200.000,00	289.200.000,00	94.640.857,17	32,73
Cota-Parte FPM	110.000.000,00	110.000.000,00	31.403.626,85	28,55
Cota-Parte ITR	8.000.000,00	8.000.000,00	174.984,75	2,19
Cota-Parte do IPVA	60.000.000,00	60.000.000,00	26.875.592,62	44,79
Cota-Parte do ICMS	110.000.000,00	110.000.000,00	35.726.109,02	32,48
Cota-Parte do IPI - Exportação	1.200.000,00	1.200.000,00	460.543,93	38,38
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	89.284.000,00	89.284.000,00	28.398.743,34	32,51

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	20.097.000,00	22.787.000,00	8.959.654,14	39,32	6.701.484,83	29,41	5.026.428,93	22,06	2.258.169,31
Despesas Correntes	19.977.000,00	20.030.240,16	6.839.654,14	34,15	6.701.484,83	33,46	5.026.428,93	25,09	138.169,31
Despesas de Capital	120.000,00	2.756.759,84	2.120.000,00	76,9	0	0	0	0	2.120.000,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E	23.252.000,00	23.962.000,00	11.088.771,79	46,28	8.049.233,95	33,59	7.452.246,61	31,1	3.039.537,84



AMBULATORIAL (V)									
Despesas Correntes	21.716.000,00	23.861.000,00	11.065.371,79	46,37	8.049.233,95	33,73	7.452.246,61	31,23	3.016.137,84
Despesas de Capital	1.536.000,00	101.000,00	23.400,00	23,17	0	0	0	0	23.400,00
SUPORE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	1.314.000,00	1.314.000,00	660.341,73	50,25	463.362,36	35,26	296.379,53	22,56	196.979,37
Despesas Correntes	1.313.000,00	1.313.000,00	660.341,73	50,29	463.362,36	35,29	296.379,53	22,57	196.979,37
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0	0	0	0	0	0	0
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	897.000,00	897.000,00	243.214,55	27,11	243.214,55	27,11	199.483,46	22,24	0
Despesas Correntes	896.000,00	896.000,00	243.214,55	27,14	243.214,55	27,14	199.483,46	22,26	0
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0	0	0	0	0	0	0
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	1.472.000,00	1.672.000,00	487.671,53	29,17	446.789,38	26,72	370.182,69	22,14	40.882,15
Despesas Correntes	1.461.000,00	1.661.000,00	487.671,53	29,36	446.789,38	26,9	370.182,69	22,29	40.882,15
Despesas de Capital	11.000,00	11.000,00	0	0	0	0	0	0	0
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	801.000,00	801.000,00	650.600,86	81,22	625.520,86	78,09	355.492,06	44,38	25.080,00
Despesas Correntes	801.000,00	801.000,00	650.600,86	81,22	625.520,86	78,09	355.492,06	44,38	25.080,00
Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	18.689.000,00	15.629.000,00	6.264.021,53	40,08	3.141.344,82	20,1	2.528.701,23	16,18	3.122.676,71
Despesas Correntes	18.688.000,00	15.628.000,00	6.264.021,53	40,08	3.141.344,82	20,1	2.528.701,23	16,18	3.122.676,71
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	66.522.000,00	67.062.000,00	28.354.276,13	42,28	19.670.950,75	29,33	16.228.914,51	24,2	8.683.325,38

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	28.354.276,13	19.670.950,75	16.228.914,51
(-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	N/A	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0	0	0
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0	0	0

(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	28.354.276,13	19.670.950,75	16.228.914,51
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	18.455.940,07		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	N/A		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	9.898.336,06	1.215.010,68	-2.227.025,56
Limite não cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0	0	-2.227.025,56
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	23,04	15,98	13,18

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIII d)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2025	18.455.940,07	19.670.950,75	1.215.010,68	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Empenhos de 2024	43.411.206,59	53.812.481,30	10.401.274,71	2.472.134,37	2.099.075,27	0	969.532,35	757.314,58	745.287,44	11.755.062,54
Empenhos de 2023	40.540.244,43	49.117.628,57	8.577.384,14	2.616.158,15	1.176.456,35	0	2.092.381,57	150.950,36	372.826,22	9.381.014,27
Empenhos de 2022	36.082.587,65	48.595.684,61	12.513.096,96	4.600.721,13	815.466,10	0	4.105.892,89	0	494.828,24	12.833.734,82

Empenhos de 2021	31.573.696,70	41.884.024,55	10.310.327,85	2.356.971,47	2.815.926,99	0	1.465.510,91	14.696,88	876.763,68	12.249.491,16
Empenhos de 2020	24.974.781,07	38.531.653,60	13.556.872,53	6.921.422,60	6.306.792,45	0	6.196.533,41	0	724.889,19	19.138.775,79
Empenhos de 2019	24.262.545,50	42.172.065,99	17.909.520,49	8.412.741,46	5.646.973,00	0	8.023.828,96	0	388.912,50	23.167.580,99
Empenhos de 2018	23.693.855,54	35.308.592,17	11.614.736,63	1.251.316,11	718.425,67	0	838.795,96	0	412.520,15	11.920.642,15
Empenhos de 2017	24.433.416,86	36.799.563,21	12.366.146,35	3.921.077,35	0	0	929.462,05	0	2.991.615,30	9.374.531,05
Empenhos de 2016	20.140.950,73	38.985.358,00	18.844.407,27	930.428,07	0	0	145.297,97	610.178,11	174.951,99	18.669.455,28
Empenhos de 2015	17.001.666,81	23.290.510,86	6.288.844,05	3.664.183,37	0	0	2.487.770,16	0	1.176.413,21	5.112.430,84
Empenhos de 2014	15.858.482,40	23.119.278,52	7.260.796,12	2.443.219,62	967.838,27	0	1.272.372,61	0	1.170.847,01	7.057.787,38
Empenhos de 2013	14.381.293,69	22.622.795,21	8.241.501,52	772.240,36	0	0	634.203,89	0	138.036,47	8.103.465,05

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "r")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a ser compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a ser compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a ser compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS
---	------------------	-------------------------	---------------------



							Até o Bimestre (b)		% (b/a) x 100	
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXIX)			87.803.000,00		87.803.000,00		34.116.987,62		38,86	
Provenientes da União			69.974.000,00		69.974.000,00		27.701.219,50		39,59	
Provenientes dos Estados			17.829.000,00		17.829.000,00		6.415.768,12		35,99	
Provenientes de Outros Municípios			0		0		0		0	
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX)			0		0		0		0	
OUTRAS RECEITAS (XXXI)			0		0		0		0	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXIX + XXX + XXXI)			87.803.000,00		87.803.000,00		34.116.987,62		38,86	
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100		
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII)	28.801.000,00	29.012.768,34	6.364.669,18	21,94	5.366.798,46	18,56	4.237.530,17	14,61	997.870,72	
Despesas Correntes	28.296.000,00	28.507.768,34	6.188.496,92	21,71	5.330.541,67	18,77	4.212.590,29	14,78	857.955,25	
Despesas de Capital	505.000,00	505.000,00	176.172,26	34,89	36.256,79	7,18	24.939,88	4,94	139.915,47	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV)	93.855.000,00	96.709.373,95	35.218.244,78	36,42	27.506.299,26	28,44	25.909.934,86	26,79	7.711.945,52	
Despesas Correntes	92.381.000,00	95.185.373,95	35.152.884,50	36,93	27.496.467,48	28,89	25.900.103,08	27,21	7.656.417,02	
Despesas de Capital	1.474.000,00	1.524.000,00	65.360,28	4,29	9.831,78	0,65	9.831,78	0,65	55.528,50	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV)	313.000,00	313.000,00	121.660,18	38,87	104.229,38	33,33	86.120,97	27,51	17.430,80	
Despesas Correntes	302.000,00	312.000,00	121.660,18	38,99	104.229,38	33,41	86.120,97	27,61	17.430,80	
Despesas de Capital	11.000,00	1.000,00	0	0	0	0	0	0	0	



VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI)	92.000,00	92.000,00	0	0	0	0	0	0	0
Despesas Correntes	90.000,00	90.000,00	0	0	0	0	0	0	0
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	0	0	0	0	0	0	0
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII)	1.917.000,00	1.917.000,00	532.600,54	27,78	462.116,87	24,11	375.853,05	19,61	70.483,67
Despesas Correntes	1.866.000,00	1.866.000,00	508.000,54	27,22	462.116,87	24,77	375.853,05	20,14	45.883,67
Despesas de Capital	51.000,00	51.000,00	24.600,00	48,24	0	0	0	0	24.600,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII)	1.000,00	1.000,00	0	0	0	0	0	0	0
Despesas Correntes	1.000,00	1.000,00	0	0	0	0	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX)	1.171.000,00	2.411.639,03	11.217,04	0,47	11.217,04	0,47	11.217,04	0,47	0
Despesas Correntes	1.149.000,00	2.139.639,03	11.217,04	0,52	11.217,04	0,52	11.217,04	0,52	0
Despesas de Capital	22.000,00	272.000,00	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX)	126.150.000,00	130.456.781,32	42.248.391,72	32,38	33.450.661,01	25,64	30.620.656,09	23,47	8.797.730,71
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA(XLI) = (IV + XXXIII)	48.898.000,00	51.799.768,34	15.324.323,32	29,58	12.068.283,29	23,3	9.263.959,10	17,88	3.256.040,03
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLII) = (V + XXXIV)	117.107.000,00	120.671.373,95	46.307.016,57	38,37	35.555.533,21	29,46	33.362.181,47	27,65	10.751.483,36
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIII) = (VI + XXXV)	1.627.000,00	1.627.000,00	782.001,91	48,06	567.591,74	34,89	382.500,50	23,51	214.410,17
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIV) = (VII + XXXVI)	989.000,00	989.000,00	243.214,55	24,59	243.214,55	24,59	199.483,46	20,17	0
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLV) = (VIII + XXXVII)	3.389.000,00	3.589.000,00	1.020.272,07	28,43	908.906,25	25,32	746.035,74	20,79	111.365,82
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLVI) = (IX + XXXVIII)	802.000,00	802.000,00	650.600,86	81,12	625.520,86	78	355.492,06	44,33	25.080,00



OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVII) = (X + XXXIX)	19.860.000,00	18.040.639,03	6.275.238,57	34,78	3.152.561,86	17,47	2.539.918,27	14,08	3.122.676,71
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVIII) = (XI + XL)	192.672.000,00	197.518.781,32	70.602.667,85	35,74	53.121.611,76	26,89	46.849.570,60	23,72	17.481.056,09
(-) Despesas da Fonte: Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	125.038.000,00	128.129.781,32	42.248.391,72	32,97	33.450.661,01	26,11	30.620.656,09	23,9	8.797.730,71
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLIX)	67.634.000,00	69.389.000,00	28.354.276,13	40,86	19.670.950,75	28,35	16.228.914,51	23,39	8.683.325,38

FONTE: SIOPS, Minas Gerais 30/07/25 10:48:06

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

9.4. Análises e Considerações

O orçamento municipal para o exercício de 2025 (Lei nº 5.766/2024) fixou a despesa total do município em R\$ 728.904.000,00, destinando **R\$ 192.672.000,00** para a Secretaria Municipal de Saúde.

No 1º quadrimestre de 2025, a execução de despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde totalizou **R\$ 53.526.228,64**. A análise das fontes de recurso (Tabela 9.1) demonstra a importância da cooperação interfederativa para o financiamento da saúde no município:

- **Transferências da União (SUS):** R\$ 25.777.651,05 (48,16% do total)
- **Recursos Próprios (Impostos e Transferências Constitucionais):** R\$ 19.670.950,75 (36,75% do total)
- **Transferências do Estado (SUS):** R\$ 7.673.009,96 (14,33% do total)
- **Outros Recursos Ordinários:** R\$ 404.616,88 (0,76% do total)

Conforme o indicador 3.1, as transferências de outros entes (União e Estado) representaram **64,22%** do custeio da saúde no período, evidenciando a dependência de recursos externos para a manutenção dos serviços.

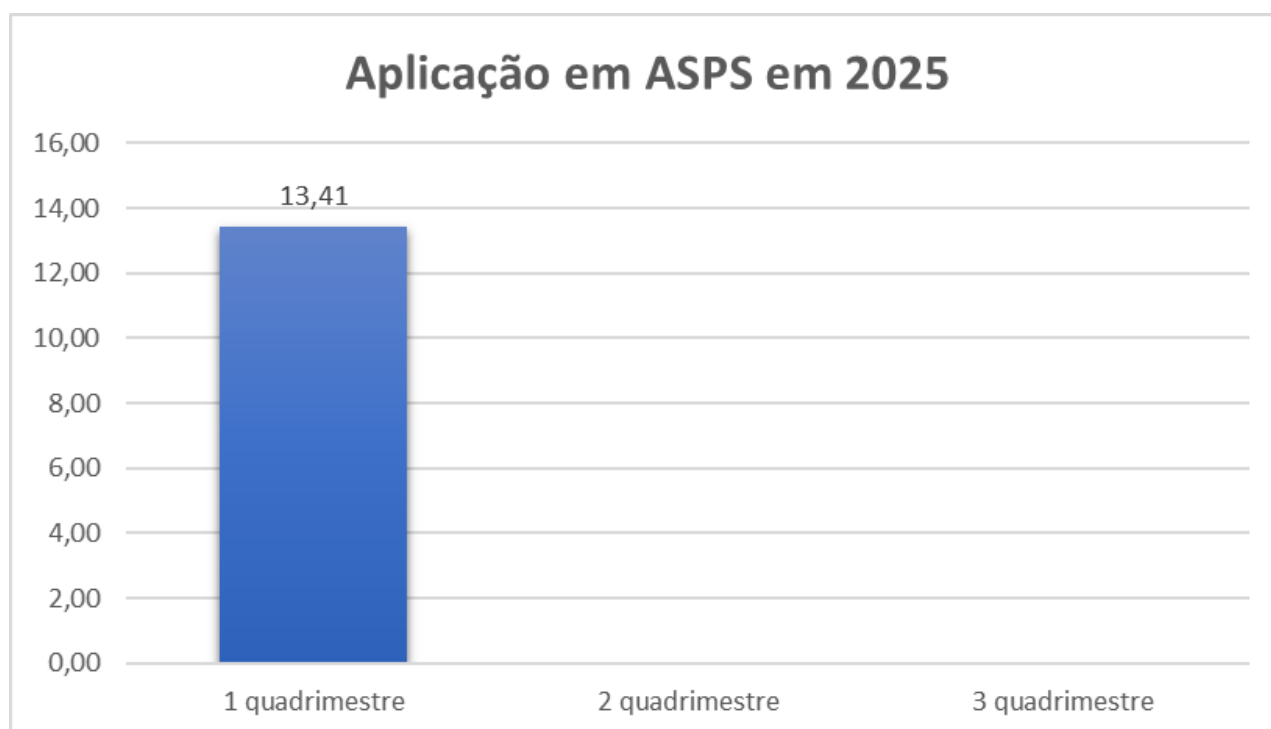
A despesa liquidada foi direcionada majoritariamente para a **Assistência Hospitalar e Ambulatorial**, que consumiu **R\$ 35.545.701,43**, correspondendo a **66,4%** de todo o recurso executado no quadrimestre. A **Atenção Básica**, porta de entrada do SUS, recebeu **R\$ 12.032.026,50** (22,5%) do total investido. As demais áreas, como Vigilância em Saúde, Suporte Terapêutico e Alimentação e Nutrição, somaram R\$ 2.447.822,30 (4,6%).

Em conformidade com a Lei Complementar nº 141/2012, o município superou a meta de aplicação de recursos próprios em saúde. Com base em uma receita de impostos e transferências constitucionais de R\$ 123.039.600,51 no período (Tabela 9.3), a despesa mínima exigida era de R\$ 18.455.940,07 (15%).

O município aplicou **R\$ 19.670.950,75** em despesas liquidadas, atingindo o percentual de **15,98%**. Isso representa uma aplicação **acima do mínimo legal no valor de R\$ 1.215.010,68** apenas no primeiro quadrimestre, reforçando o compromisso da gestão com o financiamento da saúde.

Os dados do SIOPS (Tabela 9.2) revelam aspectos importantes da gestão financeira:

- **Despesa per capita:** O gasto total com saúde sob responsabilidade do município foi de **R\$ 566,01 por habitante** no quadrimestre.
- **Perfil da Despesa:** Os gastos se concentram em **Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (40,16%)** e **Despesas com Pessoal (38,10%)**, que somados representam quase 80% do total.
- **Baixo Investimento:** A despesa com investimentos (aquisição de equipamentos, obras, etc.) correspondeu a apenas **0,09%** do total executado, indicando um foco quase exclusivo em despesas de custeio no período.



Porcentagem de recursos próprios aplicados em Ações e Serviços Públicos em Saúde, por quadrimestre no ano de 2025.

Os municípios deverão aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo 15% da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156, 158 e 159 da Constituição Federal.

Importante destacar que os valores informados nos parágrafos anteriores deste capítulo referem-se a despesas Liquidadas.



10. AUDITORIAS

Não há informações cadastradas para o período das Auditorias.

Fonte: Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS) Data da consulta: 17/08/2025.

10.1. Outras Auditorias

Não foi realizada nenhuma auditoria no período.

Fonte: DIGISUS Gestor - Módulo Planejamento (DIGISUSGMP) - Consulta Online Data da consulta: 17/08/2025.

10.2. Análises e Considerações sobre Auditorias

Durante esse período, não houve a realização de nenhuma auditoria.

11. ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES GERAIS

Este Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA), referente ao período de janeiro a abril de 2025, cumpre as exigências da Lei Complementar nº 141/2012 e demais normativas do Sistema Único de Saúde (SUS). Mais do que um instrumento de prestação de contas, este documento se consolida como uma ferramenta estratégica de gestão, permitindo o monitoramento do planejamento e a avaliação dos resultados alcançados pela Secretaria Municipal de Saúde de Patrocínio.

A seguir, são apresentadas as considerações gerais que sintetizam os principais achados dos capítulos anteriores.

Síntese Analítica do 1º Quadrimestre de 2025

A análise integrada dos dados apresentados permite traçar um panorama claro sobre a saúde no município, destacando-se os seguintes pontos:

1. Sustentabilidade e Compromisso Financeiro: A gestão demonstrou um forte compromisso com o financiamento da saúde. A aplicação de 15,98% dos recursos próprios superou o mínimo constitucional de 15%, resultando em um investimento adicional de R\$ 1,2 milhão acima do exigido para o período. Contudo, é notável a dependência das transferências interfederativas (União e Estado), que corresponderam a 64,22% do custeio total, sendo um ponto de atenção para a sustentabilidade a longo prazo.

2. Perfil da Despesa e Foco Assistencial: Os dados financeiros e de produção estão intrinsecamente ligados. A alocação de 66,4% dos recursos na Assistência Hospitalar e Ambulatorial reflete o perfil de produção do quadrimestre, que apontou um aumento nos serviços de urgência, emergência e hospitalares. Em contrapartida, a redução na produção da Atenção Básica acende um alerta estratégico, indicando um possível desequilíbrio no modelo assistencial, com maior ênfase em ações curativas em detrimento das preventivas.

3. Desafios do Modelo de Atenção: O perfil de morbimortalidade, com destaque para as doenças do aparelho circulatório e as internações por gravidez, parto e puerpério, reforça a necessidade de uma Atenção Primária à Saúde (APS) robusta e proativa. A inversão da tendência de queda na produção da APS é fundamental para garantir o cuidado contínuo, a prevenção de agravos e a coordenação da rede, evitando a sobrecarga dos serviços de maior complexidade.

4. Baixo Nível de Investimento: Um ponto crítico revelado pelos indicadores foi a baixíssima execução de despesas de capital (investimentos), com apenas 0,09% do total. Embora o foco no custeio seja essencial para a manutenção dos serviços, a ausência de investimentos pode comprometer, a médio e longo prazo, a modernização da infraestrutura, a atualização tecnológica e a capacidade de expansão da rede física.

5. Potencialidades da Rede de Saúde: Patrocínio se consolida como um polo microrregional, com uma rede física diversificada e serviços especializados de referência. A participação em consórcios como o CISPARANÁIBA e o CISTRI (SAMU) é um diferencial estratégico, otimizando recursos e ampliando o acesso da população a serviços essenciais. Essa capacidade instalada é um ativo valioso que deve ser potencializado.

Conclusão e Encaminhamentos

O primeiro quadrimestre de 2025 foi marcado por uma execução orçamentária responsável e pelo esforço contínuo na prestação de serviços à população. Os dados demonstram uma gestão que responde a uma alta demanda por atendimentos de média e alta complexidade, ao mesmo tempo em que se depara com o desafio de fortalecer a Atenção Básica como eixo central e ordenador do sistema.

A Secretaria Municipal de Saúde reafirma, com a elaboração deste relatório, seu compromisso com a transparência, a legitimidade e a eficiência das ações de saúde. As análises aqui presentes servirão como subsídio para o planejamento dos próximos meses, com foco especial na avaliação das causas da redução da produtividade na Atenção Básica e na busca por alternativas para ampliar a capacidade de investimento na rede.

Diante do exposto, submetemos o presente 1º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) de 2025 à apreciação do egrégio Conselho Municipal de Saúde de Patrocínio, colocando-nos à disposição para os esclarecimentos necessários e aguardando suas valiosas considerações e orientações para o aprimoramento contínuo da gestão do SUS em nosso município.

Luciana Rocha Nunes Nogueira
Secretário Municipal de Saúde

PATROCÍNIO/MG, 2025

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Planejamento no SUS, 2016, pg. 83, disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/articulacao_interfederativa_v4_manual_planejamento_atual.pdf

Item 2 do Anexo 1 do Anexo XXXIX – Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa, da Portaria de Consolidação MSnº 002/2017, que dispõe sobre as políticas nacionais de saúde, disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html

Lei Nacional 8.142 de 1990, dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências, disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm

Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo, disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm

Portaria de Consolidação Nº 1, de 28 de setembro de 2017, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.html

Portaria nº 2.135, de 25 de setembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2135_25_09_2013.html

Portaria nº 750, de 29 de abril de 2019, que altera a Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Sistema DigiSUS Gestor/Módulo de Planejamento – DGMP, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt0750_06_05_2019.html

Portaria nº 55, de 24 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre a rotina do Tratamento Fora de Domicílio no Sistema Único de Saúde - SUS, disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/1999/prt0055_24_02_1999.html

Resolução nº 459, de 10 de outubro de 2012, disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2012/res0459_10_10_2012.html#:~:text=Art.,do%20Anexo%20I%20desta%20resolu%C3%A7%C3%A3o

Resolução de Consolidação CIT nº 1, de 30 de março de 2021, disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2021/rsc0001_02_06_2021.html



CMS

Conselho Municipal de Saúde de Patrocínio - MG

RESOLUÇÃO Nº 145/2025

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso das suas atribuições, conferida pela Lei Federal nº 8.142/90 e pela Lei Municipal nº 5.094 de 22 de abril de 2019, em conformidade com a Resolução 453 de 10 de maio de 2012 do CNS e Regimento Interno, considerando a necessidade da aprovação, resolve:

Aprovar relatório e apresentação do 1º RDQA do ano de 2025.

João de Melo
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução em 18 de Agosto de 2025, nos termos do Regimento Interno.

Luciana Rocha Nunes Nogueira
Gestora Municipal do SUS/Patrocínio-MG